

Relação das Alterações Orçamentárias - Período de 01/01/2020 até 31/12/2020

Supl.	Fundamento	Lei	Tipo de alteração	Data supl.	Mov.	Tipo movimento	Origem recurso	Valor	Despesa	Proj/Ativ.	Elemento	Recurso	Detalhamento
Entidade: 3 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITAGUAI													
8	Decreto 004453/20	003819/19	Extraordinário	16/04/20	1	Adicionar	Excesso de arrecadação	600.000,00	250	2.484	3.1.90.11.01.00.00.00	0200 - COVID-19 / FEDERAL	000000 - Sem detalhamento das destinaç
8	Decreto 004453/20	003819/19	Extraordinário	16/04/20	2	Adicionar	Excesso de arrecadação	500.000,00	254	2.484	3.1.90.11.01.00.00.00	0201 - COVID-19 / ESTADUAL	000000 - Sem detalhamento das destinaç
8	Decreto 004453/20	003819/19	Extraordinário	16/04/20	3	Adicionar	Excesso de arrecadação	439.446,67	251	2.484	3.3.90.30.00.00.00.00	0200 - COVID-19 / FEDERAL	000000 - Sem detalhamento das destinaç
8	Decreto 004453/20	003819/19	Extraordinário	16/04/20	4	Adicionar	Excesso de arrecadação	300.000,00	253	2.484	3.3.90.30.00.00.00.00	0201 - COVID-19 / ESTADUAL	000000 - Sem detalhamento das destinaç
8	Decreto 004453/20	003819/19	Extraordinário	16/04/20	5	Adicionar	Excesso de arrecadação	100.000,00	252	2.484	3.3.90.39.00.00.00.00	0200 - COVID-19 / FEDERAL	000000 - Sem detalhamento das destinaç
8	Decreto 004453/20	003819/19	Extraordinário	16/04/20	6	Adicionar	Excesso de arrecadação	200.000,00	255	2.484	4.4.90.52.00.00.00.00	0201 - COVID-19 / ESTADUAL	000000 - Sem detalhamento das destinaç
Total da entidade:								2.139.446,67					

RESUMO			
Suplementar:	0,00	Adicionar anulação de dotação:	0,00
Especial:	0,00	Subtrair anulação de dotação:	0,00
Extraordinário:	2.139.446,67	Adicionar dotação transferida:	0,00
		Subtrair dotação transferida:	0,00
		Superávit financeiro:	0,00
		Excesso de arrecadação:	2.139.446,67
		Operações de crédito:	0,00
		Convênio:	0,00
		Art.41 III Lei 4.320:	0,00

Detalhar Ação

De acordo com o Manual de Ordem Bancária da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), os valores repassados serão creditados em dois dias úteis após a data de emissão da Ordem Bancária para correntistas do Banco do Brasil. Para os demais bancos o prazo é de três dias úteis.

Ano		Tipo de consulta		Entidade			
2020		Fundo a Fundo		FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITAGUAI - FMSI			
CPF/CNPJ		UF		Município			
11.855.524/0001-80		RJ		ITAGUAI			
Código IBGE		População		Ano Censo			
330200		133.019 habitantes		2019			
Prefeito(a)		Data Inicial Gestão		Secretário(a)			
CARLO BUSATTO JUNIOR		31/12/2016		DALVA ALVES DE OLIVEIRA			
Presidente Conselho							
LUIZ CARLOS DE SOUZA NETTO							
Bloco	Grupo	Ação	Ação Detalhada	Valor Total	Valor Desconto	Valor Líquido	Ações
CUSTEIO	APOIO FINANCEIRO EXTRAORDINARIO		SEM REPASSE EM 2020. ACESSE O SALDO.				
CUSTEIO	ATENÇÃO BÁSICA	PISO DA ATENÇÃO BÁSICA EM SAÚDE	INCENTIVO FINANCEIRO DA APS - PER CAPITA DE TRANSIÇÃO	197.865,75	0,00	197.865,75	
CUSTEIO	ATENÇÃO BÁSICA	PISO DA ATENÇÃO BÁSICA EM SAÚDE	INCENTIVO PARA AÇÕES ESTRATÉGICAS	156.610,00	0,00	156.610,00	
CUSTEIO	CORONAVÍRUS (COVID-19)	ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE SAÚDE - NACIONAL (CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO)	CORONAVÍRUS (COVID-19)	1.139.446,67	0,00	1.139.446,67	
CUSTEIO	GESTÃO DO SUS		SEM REPASSE EM 2020. ACESSE O SALDO.				
Total Geral				12.576.172,74	5.659,12	12.570.513,62	

## Extrato (Últimos Lançamentos)

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITAGUAI - FM | CNPJ: 011.855.524/0001-80

Nome do usuário: MONICA ALAIDE DOS SANTOS

Data da operação: 13/04/2020 - 09h28

Agência   Conta	Total Disponível (R\$)	Total (R\$)
01310   0015048-7	2.731.829,26	2.731.829,26

Extrato de: Ag: 01310 | CC: 0015048-7

Data	Lançamento	Dcto.	Crédito (R\$)	Débito (R\$)	Saldo (R\$)
04/03/2020	<b>SALDO ANTERIOR</b>				1,00
25/03/2020	PAGAMENTO GOVERNO RJ UG296100/2020OB002956 0000012174	2956	83.136,87		83.137,87
01/04/2020	TED DIF.TITUL.CC H.BANK DEST. DROGAPONTE MEDICAMEN	1160193		-17.805,00	65.332,87
	DOC/TED INTERNET TED INTERNET	1160193		-10,45	65.322,42
06/04/2020	TED DIF.TITUL.CC H.BANK DEST. PRESTOMED DISTRIBUID	5643635		-3.500,00	61.822,42
	TED DIF.TITUL.CC H.BANK DEST. SUPERMEDICA DISTRIBU	5643812		-10.652,64	51.169,78
	TED DIF.TITUL.CC H.BANK DEST. COMERCIAL CIRURGICA	5643873		-1.884,00	49.285,78
	TED DIF.TITUL.CC H.BANK DEST. ESPECIFARMA COMERCIO	5643942		-7.015,00	42.270,78
	TED DIF.TITUL.CC H.BANK DEST. FORMULAS MAGISTRAIS	5699438		-11.050,00	31.220,78
	TED DIF.TITUL.CC H.BANK DEST. DIMASTER COM PROD HO	5699728		-9.502,69	21.718,09
	TED DIF.TITUL.CC H.BANK DEST. NDS DISTRIBUIDORA ME	5699779		-11.332,00	10.386,09
	DOC/TED INTERNET TED INTERNET	5643635		-10,45	10.375,64
	DOC/TED INTERNET TED INTERNET	5643812		-10,45	10.365,19
	DOC/TED INTERNET TED INTERNET	5643873		-10,45	10.354,74
	DOC/TED INTERNET TED INTERNET	5643942		-10,45	10.344,29
	DOC/TED INTERNET TED INTERNET	5699438		-10,45	10.333,84
	DOC/TED INTERNET TED INTERNET	5699728		-10,45	10.323,39
	DOC/TED INTERNET TED INTERNET	5699779		-10,45	10.312,94
07/04/2020	PAGAMENTO GOVERNO RJ UG296100/2020OB003642 0000012192	3642	1.000.000,00		1.010.312,94
08/04/2020	TED DIF.TITUL.CC H.BANK DEST. DROGAPONTE MEDICAMEN	9934542		-12.400,00	997.912,94
	DOC/TED INTERNET TED INTERNET	9934542		-10,45	997.902,49
09/04/2020	APLICACAO EM FUNDOS	9970100		-997.902,49	0,00
<b>Total</b>			<b>1.083.136,87</b>	<b>-1.083.137,87</b>	<b>0,00</b>

Os dados acima têm como base 13/04/2020 às 09h28 e estão sujeitos a alterações.

### Últimos Lançamentos

Data	Lançamento	Dcto.	Crédito (R\$)	Débito (R\$)	Saldo (R\$)
08/04/2020	<b>SALDO ANTERIOR</b>				997.902,49
09/04/2020	APLICACAO EM FUNDOS	9970100		-997.902,49	0,00
<b>Total</b>			<b>0,00</b>	<b>-997.902,49</b>	<b>0,00</b>

### Lançamentos Futuros

Não há lançamentos para este tipo de extrato. (SEC.WSE.0004)

Relação das Alterações Orçamentárias - Período de 01/01/2020 até 31/12/2020

Supl.	Fundamento	Lei	Tipo de alteração	Data supl.	Mov.	Tipo movimento	Origem recurso	Valor	Despesa	Proj/Ativ.	Elemento	Recurso	Detalhamento
Entidade: 3 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITAGUAI													
21	Decreto 004480/20	003819/19	Extraordinário	15/07/20	1	Adicionar	Excesso de arrecadação	266.038,00	254	2.484	3.1.90.11.01.00.00.00	0201 - COVID-19 / ESTADUAL	000063 - SUS ESTADUAL - COVID-19
Total da entidade:								266.038,00					

RESUMO			
Suplementar:	0,00	Adicionar anulação de dotação:	0,00
Especial:	0,00	Subtrair anulação de dotação:	0,00
Extraordinário:	266.038,00	Adicionar dotação transferida:	0,00
		Subtrair dotação transferida:	0,00
		Superávit financeiro:	0,00
		Excesso de arrecadação:	266.038,00
		Operações de crédito:	0,00
		Convênio:	0,00
		Art.41 III Lei 4.320:	0,00



Ofício nº. 1534/2020

Itaguaí, 15 de julho de 2020.

Para: Secretaria Municipal de Fazenda  
Sr. João José de Almeida Neto

**Assunto: Crédito Extraordinário**

Prezado Secretário,

Considerando a Deliberação Conjunta CIB/COSEMS-RJ Nº 69 de 25 de março de 2020 que estabelece o rateio dos recursos, no âmbito do Estado do Rio de Janeiro – Portaria nº 480 de 23 de março de 2020. Para o bloco de custeio das ações e serviços públicos de saúde, a ser disponibilizado ao Estado do Rio de Janeiro e seus municípios destinados a ações de saúde para o enfrentamento do coronavírus – COVID 19.

Solicitamos a abertura de crédito extraordinário no valor de R\$ 266.038,00 (Duzentos e sessenta e seis mil, trinta e oito reais), e o mesmo deverá ser realizado por anulação de dotação.

O valor se encontra depositado na conta corrente nº 24044-3 – Ag. 1310 – Banco Bradesco, a mesma deverá ser cadastrada com nome CIB 69\_2020 COVID19.

Solicitamos a vinculação da fonte de recurso 201 a essa conta, no programa 2.484 Enfrentamento Emergencial COVID-19.

Anulação Dotação	Valor	Suplementar Dotação	Valor
08	266.038,00	254 (Venc. E Vantagens)	266.038,00

Atenciosamente,

Carlos Eduardo Carneiro Zóia  
Secretário Municipal de Saúde

Carlos Eduardo Carneiro Zóia  
Secretário Municipal de Saúde  
Matrícula: 48.885

45944

Carlos Eduardo C. Zóia

Relação das Alterações Orçamentárias - Período de 01/01/2020 até 31/12/2020

Supl.	Fundamento	Lei	Tipo de alteração	Data supl.	Mov.	Tipo movimento	Origem recurso	Valor	Despesa	Proj/Ativ.	Elemento	Recurso	Detalhamento
Entidade: 3 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITAGUAI													
23	Decreto 004482/20	003819/19	Extraordinário	24/07/20	1	Adicionar	Excesso de arrecadação	481.646,09	264	2.484	3.3.90.39.00.00.00.00	0205 - COVID Inciso I LC 173	000064 - ORDINARIO - COVID19 LC 173
Total da entidade:								481.646,09					

RESUMO			
Suplementar:	0,00	Adicionar anulação de dotação:	0,00
Especial:	0,00	Subtrair anulação de dotação:	0,00
Extraordinário:	481.646,09	Adicionar dotação transferida:	0,00
		Subtrair dotação transferida:	0,00
		Superávit financeiro:	0,00
		Excesso de arrecadação:	481.646,09
		Operações de crédito:	0,00
		Convênio:	0,00
		Art.41 III Lei 4.320:	0,00

Ofício nº. 1684/2020

Itaguaí, 22 de julho de 2020.

Para: Secretaria Municipal de Fazenda  
Sr. João José de Almeida Neto

**Assunto: Crédito Extraordinário**

Prezado Secretário,

Considerando a Lei Complementar nº 173, de 27 de maio de 2020, (PLP 39/2020) que estabelece o Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus SARS-CoV-2 (Covid-19), em seu art. 5º - Inciso I – b.

Vimos pelo presente solicitar a V. Sª a abertura de crédito extraordinário no valor de R\$ 481.646,09 (Quatrocentos e oitenta e um mil seiscientos e quarenta e seis reais e nove centavos) referente a 2ª Parcela do Programa.

Para o registro da despesa, deverá ser criada dotação para o elemento de despesa 33.90.39 – fonte de recurso 205 na ação 2.484 - Enfrentamento Emergencial COVID-19.

Solicito que seja enviada cópia deste ofício para a Subsecretaria de Tesouraria a fim de proceder com a transferência da 1ª e 2ª parcelas, para a conta corrente a qual foi solicitada abertura através do ofício nº 1533/2020.

Atenciosamente,

Carlos Eduardo Carneiro Zóia  
Secretário Municipal de Saúde  
Matr. 45.944

*Carlos Eduardo Carneiro Zóia*

Relação das Alterações Orçamentárias - Período de 01/01/2020 até 31/12/2020

Supl.	Fundamento	Lei	Tipo de alteração	Data supl.	Mov.	Tipo movimento	Origem recurso	Valor	Despesa	Proj/Ativ.	Elemento	Recurso	Detalhamento
Entidade: 3 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITAGUAI													
24	Decreto 004483/20	003819/19	Extraordinário	24/07/20	1	Adicionar	Excesso de arrecadação	216.280,97	250	2.484	3.1.90.11.01.00.00.00	0200 - COVID-19 / FEDERAL	000062 - SUS-FEDERAL COVID-19
Total da entidade:								216.280,97					

RESUMO			
Suplementar:	0,00	Adicionar anulação de dotação:	0,00
Especial:	0,00	Subtrair anulação de dotação:	0,00
Extraordinário:	216.280,97	Adicionar dotação transferida:	0,00
		Subtrair dotação transferida:	0,00
		Superávit financeiro:	0,00
		Excesso de arrecadação:	216.280,97
		Operações de crédito:	0,00
		Convênio:	0,00
		Art.41 III Lei 4.320:	0,00

Detalhar Pagamento

De acordo com o Manual de Ordem Bancária da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), os valores repassados serão creditados em no máximo dois dias úteis após a data de emissão da Ordem Bancária para correntistas do Banco do Brasil. Para os demais bancos o prazo é de no máximo três dias úteis.

<b>Ano</b> 2020	<b>Tipo de consulta</b> Fundo a Fundo			<b>Entidade</b> FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITAGUAI - FMSI		
<b>CPE/CNPJ</b> 11.855.524/0001-80	<b>Grupo</b> CORONAVIRUS (COVID-19)			<b>Ação</b> ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE SAÚDE - NACIONAL (CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO)		
<b>Ação Detalhada</b> CORONAVIRUS (COVID-19)	<b>UF</b> RJ			<b>Município</b> ITAGUAI		
<b>Código IBGE</b> 330200	<b>População</b> 133.019 habitantes			<b>Ano Censo</b> 2019		
<b>Prefeito(a)</b> CARLO BUSATTO JUNIOR	<b>Data Inicial Gestão</b> 31/12/2016			<b>Secretário(a)</b> DALVA ALVES DE OLIVEIRA		
<b>Presidente Conselho</b> LUIZ CARLOS DE SOUZA NETTO						

Comp.	Nº OB	Data OB	Tipo Repasse	Banco OB	Agência OB	Conta OB	Valor Total	Valor Desconto	Valor Líquido	Motivo Rejeição	Nº Processo	Nº Proposta	Nº Portaria	Nº Ações
Única em 2020	816041	15/07/2020	MUNICIPAL	001	007293	0000841293	216.280,97	0,00	216.280,97		25000.098026/2020-62			
<b>Total</b>							<b>216.280,97</b>	<b>0,00</b>	<b>216.280,97</b>					



Relação das Alterações Orçamentárias - Período de 01/01/2020 até 31/12/2020

Supl.	Fundamento	Lei	Tipo de alteração	Data supl.	Mov.	Tipo movimento	Origem recurso	Valor	Despesa	Proj/Ativ.	Elemento	Recurso	Detalhamento
Entidade: 3 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITAGUAI													
25	Decreto 004488/20	003819/19	Extraordinário	11/08/20	1	Adicionar	Excesso de arrecadação	229.512,00	265	2.484	3.3.90.30.00.00.00.00	0213 - PSE	000000 - Sem detalhamento das destinaç
Total da entidade:								229.512,00					

RESUMO			
Suplementar:	0,00	Adicionar anulação de dotação:	0,00
Especial:	0,00	Subtrair anulação de dotação:	0,00
Extraordinário:	229.512,00	Adicionar dotação transferida:	0,00
		Subtrair dotação transferida:	0,00
		Superávit financeiro:	0,00
		Excesso de arrecadação:	229.512,00
		Operações de crédito:	0,00
		Convênio:	0,00
		Art.41 III Lei 4.320:	0,00

crédito extraordinário

Detalhar Pagamento

De acordo com o Manual de Ordem Bancária da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), os valores repassados serão creditados em no máximo dois dias úteis após a data de emissão da Ordem Bancária para correntistas do Banco do Brasil. Para os demais bancos o prazo é de no máximo três dias úteis.

Ano	Tipo de consulta										Entidade									
2020	Fundo a Fundo										FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITAGUAI - FMSI									
CPF/CNPJ	Grupo										Ação									
11.855.524/0001-80	CORONAVÍRUS (COVID-19)										ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE SAÚDE - NACIONAL (CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO)									
Ação Detalhada	UF										Município									
CORONAVÍRUS (COVID-19)	RJ										ITAGUAI									
Código IBGE	População										Ano Censo									
330200	133.019 habitantes										2019									
Prefeito(a)	Data Inicial Gestão										Secretário(a)									
CARLO BUSATTO JUNIOR	31/12/2016										DALVA ALVES DE OLIVEIRA									
Presidente Conselho																				
LUIZ CARLOS DE SOUZA NETTO																				
Comp.	Tipo		Banco		Agência		Valor		Valor		Valor		Motivo		Nº		Nº		Ações	
/Parcela	Repasse		OB		OB		Total		Desconto		Líquido		Rejeição		Proposta		Portaria			
Única em 2020	MUNICIPAL		001		007293		229.512,00		0,00		229.512,00				25000.107859/2020-21					
							Total		229.512,00		0,00		229.512,00							

Relação das Alterações Orçamentárias - Período de 01/01/2020 até 31/12/2020

Supl.	Fundamento	Lei	Tipo de alteração	Data supl.	Mov.	Tipo movimento	Origem recurso	Valor	Despesa	Proj/Ativ.	Elemento	Recurso	Detalhamento
Entidade: 3 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITAGUAI													
27	Decreto 004491/20	003819/19	Extraordinário	13/08/20	1	Adicionar	Excesso de arrecadação	2.500.000,00	250	2.484	3.1.90.11.01.00.00.00	0200 - COVID-19 / FEDERAL	000062 - SUS-FEDERAL COVID-19
27	Decreto 004491/20	003819/19	Extraordinário	13/08/20	2	Adicionar	Excesso de arrecadação	503.479,03	251	2.484	3.3.90.30.00.00.00.00	0200 - COVID-19 / FEDERAL	000062 - SUS-FEDERAL COVID-19
27	Decreto 004491/20	003819/19	Extraordinário	13/08/20	3	Adicionar	Excesso de arrecadação	700.000,00	252	2.484	3.3.90.39.00.00.00.00	0200 - COVID-19 / FEDERAL	000062 - SUS-FEDERAL COVID-19
Total da entidade:								3.703.479,03					

RESUMO			
Suplementar:	0,00	Adicionar anulação de dotação:	0,00
Especial:	0,00	Subtrair anulação de dotação:	0,00
Extraordinário:	3.703.479,03	Adicionar dotação transferida:	0,00
		Subtrair dotação transferida:	0,00
		Superávit financeiro:	0,00
		Excesso de arrecadação:	3.703.479,03
		Operações de crédito:	0,00
		Convênio:	0,00
		Art.41 III Lei 4.320:	0,00

Detalhar Pagamento

De acordo com o Manual de Ordem Bancária da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), os valores repassados serão creditados em no máximo dois dias úteis após a data de emissão da Ordem Bancária para correntistas do Banco do Brasil. Para os demais bancos o prazo é de no máximo três dias úteis.

Ano	Tipo de consulta		Entidade		
2020	Fundo a Fundo		FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITAGUAI - FMSI		
CPF/CNPJ	Grupo		Ação		
11.855.524/0001-80	CORONAVÍRUS (COVID-19)		ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE SAÚDE - NACIONAL (CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO)		
Ação Detalhada	UF		Município		
CORONAVÍRUS (COVID-19)	RJ		ITAGUAI		
Código IBGE	População		Ano Censo		
330200	133.019 habitantes		2019		
Prefeito(a)	Data Inicial Gestão		Secretário(a)		
-	-		-		
Presidente Conselho					
-					

Comp.	Nº OB	Data OB	Tipo Repasse	Banco OB	Agência OB	Conta OB	Valor Total	Valor Desconto	Valor Líquido	Motivo Rejeição	Processo	Nº Proposta	Nº Portaria	Ações
Única em 2020	822310	10/08/2020	MUNICIPAL	001	007293	0000841293	3.700.000,00	0,00	3.700.000,00		25000.110880/2020-12			
Única em 2020	822707	12/08/2020	MUNICIPAL	001	007293	0000841293	3.479,03	0,00	3.479,03		25000.112703/2020-62			
Total							3.703.479,03	0,00	3.703.479,03					

Relação das Alterações Orçamentárias - Período de 01/01/2020 até 31/12/2020

Supl.	Fundamento	Lei	Tipo de alteração	Data supl.	Mov.	Tipo movimento	Origem recurso	Valor	Despesa	Proj./Ativ.	Elemento	Recurso	Detalhamento
Entidade: 3 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITAGUAI													
30	Decreto 004498/20	003819/19	Extraordinário	18/08/20	1	Adicionar	Excesso de arrecadação	481.646,09	263	2.484	3.1.90.11.01.00.00.00	0205 - COVID Inciso I LC 173	000064 - ORDINARIO - COVID19 LC 173
31	Decreto 004498/20	003819/19	Extraordinário	18/08/20	1	Adicionar	Excesso de arrecadação	100.000,00	251	2.484	3.3.90.30.00.00.00.00	0200 - COVID-19 / FEDERAL	000062 - SUS-FEDERAL COVID-19
Total da entidade:								581.646,09					
Entidade: 4 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE ITAGUAI													
18	Decreto 004498/20	003819/19	Extraordinário	18/08/20	1	Adicionar	Excesso de arrecadação	16.560,00	146	2.489	3.3.90.30.00.00.00.00	0220 - COVID-ALI	000000 - Sem detalhamento das destinaç
18	Decreto 004498/20	003819/19	Extraordinário	18/08/20	2	Adicionar	Excesso de arrecadação	116.550,00	147	2.489	3.3.90.30.00.00.00.00	0221 - COVID-EPI	000000 - Sem detalhamento das destinaç
18	Decreto 004498/20	003819/19	Extraordinário	18/08/20	3	Adicionar	Excesso de arrecadação	105.000,00	148	2.489	3.3.90.30.00.00.00.00	0222 - COVID-ACO	000000 - Sem detalhamento das destinaç
18	Decreto 004498/20	003819/19	Extraordinário	18/08/20	4	Adicionar	Excesso de arrecadação	63.200,00	149	2.489	3.3.90.36.00.00.00.00	0222 - COVID-ACO	000000 - Sem detalhamento das destinaç
18	Decreto 004498/20	003819/19	Extraordinário	18/08/20	5	Adicionar	Excesso de arrecadação	155.000,00	150	2.489	3.3.90.39.00.00.00.00	0222 - COVID-ACO	000000 - Sem detalhamento das destinaç
18	Decreto 004498/20	003819/19	Extraordinário	18/08/20	6	Adicionar	Excesso de arrecadação	20.000,00	151	2.489	4.4.90.52.00.00.00.00	0222 - COVID-ACO	000000 - Sem detalhamento das destinaç
Total da entidade:								476.310,00					

RESUMO

Suplementar:	0,00	Adicionar anulação de dotação:	0,00
Especial:	0,00	Subtrair anulação de dotação:	0,00
Extraordinário:	1.057.956,09	Adicionar dotação transferida:	0,00
		Subtrair dotação transferida:	0,00
		Superávit financeiro:	0,00
		Excesso de arrecadação:	1.057.956,09
		Operações de crédito:	0,00
		Convênio:	0,00
		Art.41 III Lei 4.320:	0,00





GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAGUAÍ  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE  
Direção do FMS



Ofício nº. 2567/2020

Itaguaí, 25 de setembro de 2020.

Para: Secretaria Municipal de Fazenda  
Sr. João José de Almeida Neto

**Assunto: Crédito Extraordinário**

Prezado Secretário,

Considerando a Lei Complementar nº 173, de 27 de maio de 2020, (PLP 39/2020) que estabelece o Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus SARS-CoV-2 (Covid-19), em seu art. 5º - Inciso I – b.

Vimos pelo presente solicitar a V. Sª a abertura de crédito extraordinário no valor de R\$ 481.646,09 (Quatrocentos e oitenta e um mil seiscentos e quarenta e seis reais e nove centavos) referente a **4ª Parcela do Programa**.

Solicitamos a suplementação na dotação 263 31.90.11 – fonte de recurso 205 na ação 2.484 - Enfrentamento Emergencial COVID-19.

Solicito que seja enviada cópia deste ofício a Subsecretaria de Tesouraria com a finalidade de realizar a transferência da 4ª parcela, para a conta corrente a qual foi solicitada abertura através do ofício nº 1533/2020.

Atenciosamente,

Carlos Eduardo Carneiro Zóia  
Secretário Municipal de Saúde  
Matr. 45.944

João José de Almeida  
Secretário de Fazenda  
Matr. 45.938

## Detalhar Pagamento

De acordo com o Manual de Orden Bancária da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), os valores repassados serão creditados em no máximo dois dias úteis após a data de emissão da Ordem Bancária para corretores do Banco do Brasil. Para os demais bancos o prazo é de no máximo três dias úteis.

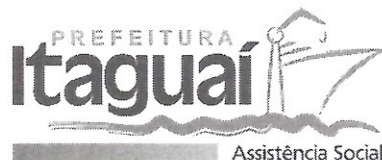
<b>Ano</b> 2020	<b>Tipo de consulta</b> Fundo a Fundo	<b>Entidade</b> FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITAGUAI - FMSI
<b>CPF/CNPJ</b> 11.855.524/0001-80	<b>Grupo</b> CORONAVIRUS (COVID-19)	<b>Ação</b> ENFRENTAMENTO DA EMERGENCIA DE SAÚDE - NACIONAL (CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO)
<b>Ação Detalhada</b> CORONAVIRUS (COVID-19)	<b>UF</b> RJ	<b>Município</b> ITAGUAI
<b>Código IBGE</b> 330200	<b>População</b> 133.019 habitantes	<b>Ano Censo</b> 2019
<b>Prefeito(a)</b> RUBEM VIEIRA DE SOUZA	<b>Data Inicial Gestão</b> 10/07/2020	<b>Secretário(a)</b> CARLOS EDUARDO CARNEIRO ZOIA
<b>Presidente Conselho</b> LUIZ CARLOS DE SOUZA NETTO		

Comp.	Nº OB	Data OB	Tipo Repasse	Banco OB	Agência OB	Conta OB	Valor Total	Valor Desconto	Valor Líquido	Motivo Rejeição	Processo	Nº Proposta	Nº Portaria	Ações
Única em 2020	823008	14/08/2020	MUNICIPAL	001	007293	0000841293	100.000,00	0,00	100.000,00		25000.113281/2020-42	19000332081202000	1880	
							Total 100.000,00	0,00	100.000,00					

*Comenda Parlamentar  
Deputada 1880/2020*



Estado do Rio de Janeiro  
**Prefeitura Municipal de Itaguaí**  
Secretaria Municipal de Assistência Social



Ofício SMAS/GAB/1083/2020.

Itaguaí, 24 de agosto de 2020.

De: Secretário Municipal de Assistência Social - Sra. Micheli Sobral dos Santos

À Secretaria Municipal de Fazenda – Sr. João José de Almeida Neto

Ass.: Solicitação de Rubrica específica para Recurso Covid/SUAS

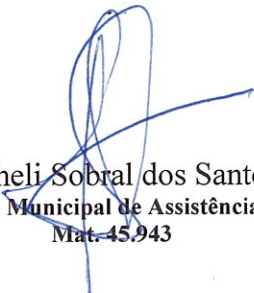
Prezado Senhor,

Cumprimentando-o sirvo-me do presente para solicitar Programa de Trabalho orçamentário de recurso oriundo do Ministério da Cidadania próprio para a Política de Assistência Social alocada no FMAS sob a identificação 08.244.5031.21CO - Enfrentamento da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional do Coronavírus – COVI 19 na categoria econômica de custeio, atendendo à Portaria MC nº 378 de 07 de maio de 2020 e à Portaria 369 MC de 29 de abril de 2020.

Recursos emergenciais SUAS – Sistema Único de Assistência Social do FNAS para o FMAS.	
Identificação Repasse	Valor repassado 2020
COVID - Acolhimento	343.200,00
COVID – Alimentação	16.560,00
COVID - EPI	116.550,00
MAC -COVID 19	269.964,00
PSB – COVID 19	452.545,84
TOTAL	R\$ 1.198.81,84

Segue em anexo o Plano de Ação com os diferentes itens de despesa para os recursos aqui descritos.

Sem mais para o momento, aproveitamos a oportunidade para renovar protestos de elevada estima e distinta consideração, colocando-nos a disposição para eventuais solicitações.



Micheli Sobral dos Santos  
Secretária Municipal de Assistência Social  
Mat. 45.943



## PORTARIA 369/2020

ITEMS	DESCRIÇÃO	AÇÃO	ELEMENTO	VALOR PREVISTO PACTUADO.
1	AQUISIÇÃO DE EPI	PROFISSIONAIS DA REDE	33.90.30	R\$ 116.550,00
2	AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS	IDOSOS E PESSOAS COM DEFIC.ACOLHIDOS	33.90.30	R\$ 16.560,00
3	ALIMENTAÇÃO	GENEROS PARA PUBL.ALVO ACOLHIDO	33.90.30	R\$ 50.000,00
4	AQUIS.BENS DE CONSUMO (UTENS.COZ/BANH/MAT.LIMP/MAT.HIGIEN/OUTROS)	MATER.CAMA,MESA,BANHO P/ ACOLHIDOS	33.90.30	R\$ 20.000,00
5	VESTUARIO	ROUPAS PARA ACOLHIDOS	33.90.30	R\$ 20.000,00
6	EQUIPAMENTO DE EPI	EPI PARA ACOLHIDOS	33.90.30	R\$ 15.000,00
SUBTOTAL - CONSUMO				R\$ 238.110,00
7	LOCAÇÃO DE VEICULOS	PARA FORTALECER SERV.ATEND.ACOLHIDO	33.90.39	R\$ 75.000,00
8	LOCAÇÃO DE OUTROS MATERIAIS PERMANENTE	PARA FORTALECER SERV.ATEND.ACOLHIDO	33.90.39	R\$ 20.000,00
9	MATERIAIS PARA LOCAÇÃO DE IMÓVEIS/MOVEIS	PARA FORTALECER SERV.ATEND.ACOLHIDO	33.90.39	R\$ 63.200,00
10	CONTRATAÇÃO PESS.JURID. P/ FORN.SERVÇOS	PARA FORTALECER SERV.ATEND.ACOLHIDO	33.90.39	R\$ 60.000,00
11	DESPESAS OPERACIONAIS(CEDADE/LIGHT/INTERN)	PARA FORTALECER SERV.ATEND.ACOLHIDO	33.90.39	R\$ 20.000,00
SUBTOTAL - CONSUMO				R\$ 238.200,00
TOTAL GERAL				R\$ 476.310,00



## Dados do termo de aceite

Abaixo estão listados os dados relativos ao termo preenchido.

Ente	Meta aceita: Pessoas em Serviços	143	Itaguaí - 3302007
Socioassistenciais	Valor aceite: Pessoas em Serviços	R\$ 343.200,00	
Socioassistenciais	Data do aceite	04/05/2020	
Responsável pelo aceite	WAGNER ALEX COSTA D'ALMEIDA		

## IDENTIFICAÇÃO DO ÓRGÃO GESTOR

### Órgão Gestor

- Endereço: PREFEITO ISOLDACKSON CRUZ DE BRITO
- Nome: SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
- Endereço: Número: 18745
- Complemento: salas 215 a 218
- Bairro: VILA MARGARIDA
- Endereço: Ponto de Referência: NA SUBIDA DO MORRO DO CORTE
- CEP: 23825840
- Município: 3302007
- UF: 330200
- E-mail: gabinete.smas@itaguai.rj.gov.br
- DDD: 21
- Telefone: 26888621
- Ramal: Sem ramal
- Fax: 26888621
- Código original: 63871

## DADOS DE APROVAÇÃO DO CONSELHO

### Dados de Aprovação do Conselho

- Numero da Resolução: 013/2020
- Data de Reunião: 2020-06-04 00:00:00
- Numero da Ata: 270

## 1 Número de unidades

• Valor Total Previsto: 75000,00

Locação de outros materiais permanentes

• Valor Total Previsto: 20000,00

Aquisição de Bens de consumos (utensílios de cozinha, banheiro, materiais de limpeza, materiais de higienização, entre outros)

• Valor Total Previsto: 20000,00

Material para manutenção de imóveis e móveis

• Valor Total Previsto: 63200,00

Vestuário

• Valor Total Previsto: 20000,00

Contratação de PJ para fornecimento de serviços

• Valor Total Previsto: 60000,00

Pagamento de Pessoal

• Valor Total Previsto: 0,00

Descrição: Outros, Qual?

• Outro: não

Outro(s), qual/quais?

• Valor Total Previsto: 0,00

Equipamentos de Proteção Individual EPI

• Valor Total Previsto: 15000,00

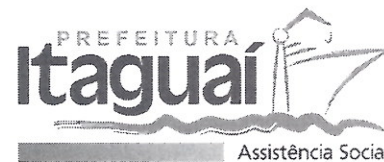
- Cargo do Responsável pelo preenchimento da gestão  
SECRETÁRIO(A) DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

- CPF do Responsável pelo preenchimento da gestão  
94099626768

- Data preenchimento gestão  
2020-05-04 22:20:41



Estado do Rio de Janeiro  
**Prefeitura Municipal de Itaguaí**  
Secretaria Municipal de Assistência Social



OFÍCIO SMAS/GAB/1093 /2020.

Itaguaí, 25 de agosto de 2020.

De: Secretário Municipal de Assistência Social - Sra. Micheli Sobral dos Santos

À Secretaria Municipal de Fazenda – Sr. João José de Almeida Neto

Ass.: Desdobramento das Despesas específica para Recurso Covid/SUAS-Portaria 369

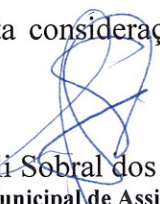
Prezado Senhor,

Cumprimentando-o sirvo-me do presente, em complementação ao OFÍCIO SMAS/GAB/1083/2020, para encaminhar a planilha descritiva da destinação dos recursos, que segue em anexo, para a criação do Programa de Trabalho orçamentário dos recurso oriundo do Ministério da Cidadania, próprio para a Política de Assistência Social alocada no FMAS sob a identificação 08.244.5031.21CO - Enfrentamento da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional do Corona vírus – COVI 19 na categoria econômica de custeio, atendendo à Portaria nº 369 MC de 29 de abril de 2020.

No oportuno, vimos esclarecer que os recursos do Incremento do COVID para as AÇÕES do SERVIÇO da MAC – e PSB abaixo informados, já estão inseridos na EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA do CRAS – PROJETO ATIVIDADE 2.023 e do CREAS- PROJETO ATIVIDDE 2.444

MAC -COVID 19	269.964,00
PSB – COVID 19	452.545,84

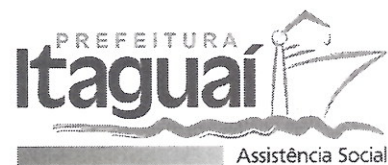
Sem mais para o momento, aproveitamos a oportunidade para renovar protestos de elevada estima e distinta consideração, colocando-nos a disposição para eventuais solicitações.

  
Micheli Sobral dos Santos  
Secretária Municipal de Assistência Social  
Mat. 45.943

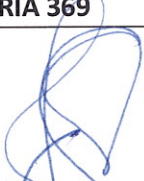




Estado do Rio de Janeiro  
**Prefeitura Municipal de Itaguai**  
Secretaria Municipal de Assistência Social



DESCRIÇÃO DA DESPESA	VALOR PACTUADO/REPASSE	ELEMENTO DE DESPESA	CONTA VINCULADA
ALIMENTAÇÃO – ACOLHIMENTO ( IDOSOS/PPD)	R\$ 16.560,00	33.90.30	85.642-8
ALIMENTAÇÃO - ACOLHIMENTO (HOTEL SOCIAL)	R\$ 50.000,00	33.90.30	85.640-1
AQUIS.BENS DE CONSUMO (UTES.COZ/BANH/MAT.LIMP/MAT.HIGIEN/OUTROS) - HOTEL SOCIAL	R\$ 20.000,00	33.90.30	85.640-1
MATERIAIS PARA LOCAÇÃO DE IMÓVEIS/MOVEIS) - HOTEL SOCIAL	R\$ 63.200,00	33.90.30	85.640-1
VESTUARIO - ACOLHIMENTO - HOTEL SOCIAL	R\$ 20.000,00	33.90.30	85.640-1
EQUIPAMENTO DE EPI - ACOLHIMENTO - HOTEL SOCIAL	R\$ 15.000,00	33.90.30	85.640-1
EQUIPAMENTO DE EPI - PROFISSIONAIS REDE	R\$116.550,00	33.90.30	85.643-6
<b>SUB-TOTAL - CONSUMO</b>	<b>R\$ 301.310,00</b>		
LOCAÇÃO DE VEICULOS - ACOLHIMENTO - HOTEL SOCIAL	R\$ 75.000,00	33.90.39	85.640-1
CONTRATAÇÃO PESS.JURID. P/ FORN.SERVIÇOS	R\$ 60.000,00	33.90.39	85.640-1
DESPESAS OPERACIONAIS(CEDAE/LIGHT/INTERN)	R\$ 20.000,00	33.90.39	85.640-1
<b>SUB-TOTAL - PESSOA JURIDICA</b>	<b>R\$ 155.000,00</b>		
LOCAÇÃO DE OUTROS MATERIAIS PERMANENTE	R\$ 20.000,00	44.90.52	85.640-1
<b>TOTAL RECURSOS COVID 19 -PORTARIA 369</b>	<b>R\$ 476.310,00</b>		

  
Micheli Sobral dos Santos  
Secretária Municipal de Assistência Social  
Mat. 45.943

  
João José de Almeida  
Secretário de Fazenda  
Mat.: 45.938



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAGUAI

Relação das Alterações Orçamentárias - Período de 01/01/2020 até 31/12/2020

Supl.	Fundamento	Lei	Tipo de alteração	Data supl.	Mov.	Tipo movimento	Origem recurso	Valor	Despesa	Proj/Ativ.	Elemento	Recurso	Detalhamento
Entidade: 3 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITAGUAI													
42	Decreto 004510/20	003819/19	Extraordinário	01/10/20	1	Adicionar	Excesso de arrecadação	412.546,14	280	2.484	3.3.90.30.00.00.00.00	0231 - Saúde Mental-Farm Básica/COV	000000 - Sem detalhamento das destinaç
42	Decreto 004510/20	003819/19	Extraordinário	01/10/20	2	Adicionar	Excesso de arrecadação	1.133.622,57	254	2.484	3.1.90.11.01.00.00.00	0201 - COVID-19 / ESTADUAL	000063 - SUS ESTADUAL - COVID-19
42	Decreto 004510/20	003819/19	Extraordinário	01/10/20	3	Adicionar	Excesso de arrecadação	1.000.000,00	253	2.484	3.3.90.30.00.00.00.00	0201 - COVID-19 / ESTADUAL	000063 - SUS ESTADUAL - COVID-19
42	Decreto 004510/20	003819/19	Extraordinário	01/10/20	4	Adicionar	Excesso de arrecadação	481.646,09	263	2.484	3.1.90.11.01.00.00.00	0205 - COVID Inciso I LC 173	000064 - ORDINARIO - COVID19 LC 173
42	Decreto 004510/20	003819/19	Extraordinário	01/10/20	5	Adicionar	Excesso de arrecadação	204.000,00	279	2.484	3.1.90.11.01.00.00.00	0003 - Piso Atenção Básica - PAB	000060 - SUS - FEDERAL
42	Decreto 004510/20	003819/19	Extraordinário	01/10/20	6	Adicionar	Excesso de arrecadação	338.395,00	278	2.484	3.3.90.30.00.00.00.00	0003 - Piso Atenção Básica - PAB	000060 - SUS - FEDERAL
Total da entidade:								3.570.209,80					
Entidade: 4 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE ITAGUAI													
26	Decreto 004510/20	003819/19	Extraordinário	01/10/20	1	Adicionar	Excesso de arrecadação	20.000,00	154	2.507	3.3.90.36.00.00.00.00	0230 - COVID Incremento PSE	000000 - Sem detalhamento das destinaç
26	Decreto 004510/20	003819/19	Extraordinário	01/10/20	2	Adicionar	Excesso de arrecadação	50.000,00	155	2.507	3.3.90.39.00.00.00.00	0230 - COVID Incremento PSE	000000 - Sem detalhamento das destinaç
26	Decreto 004510/20	003819/19	Extraordinário	01/10/20	3	Adicionar	Excesso de arrecadação	50.000,00	156	2.507	4.4.90.52.00.00.00.00	0230 - COVID Incremento PSE	000000 - Sem detalhamento das destinaç
26	Decreto 004510/20	003819/19	Extraordinário	01/10/20	4	Adicionar	Excesso de arrecadação	100.000,00	157	2.507	3.3.90.30.00.00.00.00	0230 - COVID Incremento PSE	000000 - Sem detalhamento das destinaç
26	Decreto 004510/20	003819/19	Extraordinário	01/10/20	5	Adicionar	Excesso de arrecadação	49.964,10	158	2.507	3.1.90.11.01.00.00.00	0230 - COVID Incremento PSE	000000 - Sem detalhamento das destinaç
26	Decreto 004510/20	003819/19	Extraordinário	01/10/20	6	Adicionar	Excesso de arrecadação	50.000,00	160	2.506	3.3.90.36.00.00.00.00	0229 - COVID Incremento Básica PSB	000000 - Sem detalhamento das destinaç
26	Decreto 004510/20	003819/19	Extraordinário	01/10/20	7	Adicionar	Excesso de arrecadação	100.000,00	161	2.506	3.3.90.39.00.00.00.00	0229 - COVID Incremento Básica PSB	000000 - Sem detalhamento das destinaç
26	Decreto 004510/20	003819/19	Extraordinário	01/10/20	8	Adicionar	Excesso de arrecadação	52.545,84	162	2.506	4.4.90.52.00.00.00.00	0229 - COVID Incremento Básica PSB	000000 - Sem detalhamento das destinaç
26	Decreto 004510/20	003819/19	Extraordinário	01/10/20	9	Adicionar	Excesso de arrecadação	100.000,00	163	2.506	3.3.90.30.00.00.00.00	0229 - COVID Incremento Básica PSB	000000 - Sem detalhamento das destinaç
26	Decreto 004510/20	003819/19	Extraordinário	01/10/20	10	Adicionar	Excesso de arrecadação	150.000,00	159	2.506	3.1.90.11.01.00.00.00	0229 - COVID Incremento Básica PSB	000000 - Sem detalhamento das destinaç
Total da entidade:								722.509,94					

RESUMO			
Suplementar:	0,00	Adicionar anulação de dotação:	0,00
Especial:	0,00	Subtrair anulação de dotação:	0,00
Extraordinário:	4.292.719,74	Adicionar dotação transferida:	0,00
		Subtrair dotação transferida:	0,00
		Superávit financeiro:	0,00
		Excesso de arrecadação:	4.292.719,74
		Operações de crédito:	0,00
		Convênio:	0,00
		Art.41 III Lei 4.320:	0,00



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAGUAÍ  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE  
DIREÇÃO DO FMS



Ofício nº. 3037/2020

Itaguaí, 01 de outubro de 2020.

Para: Secretaria Municipal de Fazenda  
Sr. João José de Almeida Neto

**Assunto: Crédito Extraordinário**

Prezado Secretário,

Pelo presente solicito a V. S<sup>a</sup> a abertura de crédito extraordinário no valor de **R\$ 412.546,14 (Quatrocentos e doze mil, quinhentos e quarenta e seis reais e quatorze centavos)**, repassados pelo Fundo Nacional de Saúde, através da Portaria nº 2516 de 21 de setembro de 2020, que *dispõe sobre a transferência de recursos financeiros de custeio para aquisição de medicamentos do Componente Básico da Assistência Farmacêutica utilizados no âmbito da saúde mental em virtude dos impactos sociais ocasionados pela pandemia da COVID-19*

A despesa deverá ser registrada na Ação de Enfrentamento de Emergência do COVID-19 – Ativ. 2.484.

A fonte de recurso, bem como o item de receita deverá ser criada.

Suplementar	Valor	Elemento de Despesa	Fonte de Recurso
Criar dotação	412.546,14	33.90.30	Saúde Mental-Farm. Básica-COVID-19
<b>TOTAL</b>	<b>412.546,14</b>		

Atenciosamente,

Carlos Eduardo Carneiro Zóia  
Secretário Municipal de Saúde  
Matr. 45.944

João José de Almeida  
Secretário de Fazenda  
Matr.: 45.938



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAGUAÍ  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE  
DIREÇÃO DO FMS



Ofício nº. 3036/2020

Itaguaí, 29 de setembro de 2020.

Para: Secretaria Municipal de Fazenda  
Sr. João José de Almeida Neto

**Assunto: Crédito Extraordinário**

Prezado Secretário,

Pelo presente solicito a V. S<sup>a</sup> a abertura de crédito extraordinário no valor de **R\$ 2.133.622,57 (Dois milhões, cento e trinta e três mil, seiscentos e vinte e dois reais e cinquenta e sete centavos)**, repassados pela Secretária de Estado de Saúde, através da Resolução SES Nº 2128 de 15 de setembro de 2020, que regulamenta a execução de recurso financeiro excepcional como parte das ações de enfrentamento ao coronavírus SARS-COV-2 (Covid-19).

A despesa deverá ser registrada na Ação de Enfrentamento de Emergência do COVID-19 – Ativ. 2.484 – Fonte de Recurso 201, nas dotações abaixo relacionadas e Receita 4.17.28.99.11.11.00.00.

Suplementar Dotação	Valor	Elemento de Despesa	Fonte de Recurso
254	1.133.622,57	31.90.11	200
253	1.000.000,00	33.90.30	
<b>TOTAL</b>	<b>2.133.622,57</b>		

Atenciosamente,

Carlos Eduardo Carneiro Zóia  
Secretário Municipal de Saúde  
Matr. 45.944

João José de Almeida  
Secretário de Fazenda  
Matr. 45.938



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAGUAÍ  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE  
Direção do FMS



Ofício nº. 1701/2020

Itaguaí, 24 de agosto de 2020.

Para: Secretaria Municipal de Fazenda  
Sr. João José de Almeida Neto

**Assunto: Crédito Extraordinário**

Prezado Secretário,

Considerando a Lei Complementar nº 173, de 27 de maio de 2020, (PLP 39/2020) que estabelece o Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus SARS-CoV-2 (Covid-19), em seu art. 5º - Inciso I – b.

Vimos pelo presente solicitar a V. Sª a abertura de crédito extraordinário no valor de R\$ 481.646,09 (Quatrocentos e oitenta e um mil seiscentos e quarenta e seis reais e nove centavos) referente a **3ª Parcela do Programa**.

Solicitamos a suplementação na dotação 263 31.90.11 – fonte de recurso 205 na ação 2.484 - Enfrentamento Emergencial COVID-19.

Solicito que seja enviada cópia deste ofício a Subsecretaria de Tesouraria com a finalidade de realizar a transferência da 3ª parcela, para a conta corrente a qual foi solicitada abertura através do ofício nº 1533/2020.

Atenciosamente,

Carlos Eduardo Carneiro Zóia  
Secretário Municipal de Saúde  
Matr. 45.944

OK  
João José de Almeida  
Secretário de Fazenda  
Matr.: 45.938





GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAGUAÍ  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE  
DIREÇÃO DO FMS



Ofício nº. 3032/2020

Itaguaí, 29 de setembro de 2020.

Para: Secretaria Municipal de Fazenda  
Sr. João José de Almeida Neto

**Assunto: Crédito Extraordinário**

Prezado Secretário,

Pelo presente solicito a V. S<sup>a</sup> a abertura de crédito extraordinário no valor de **R\$ 542.395,00 (Quinhentos e quarenta e dois mil, trezentos e noventa e cinco reais)**, oriundos do Ministério da Saúde, conforme as Portarias abaixo relacionadas :

- 2.405/2020 – R\$ 66.400,00;
- 2.222/2020 - R\$ 31.995,00;
- 1.797/2020 - R\$ 240.000,00;
- 2.358/2020 - R\$ 204.000,00.

As Portarias mencionadas Instituem incentivos de custeio em caráter excepcional e temporário, considerando o cenário emergencial de saúde pública de Importância Nacional e Internacional (ESPIN) em decorrência da Infecção Humana pelo novo Coronavírus/Covid-19.

A despesa deverá ser registrada na Ação de Enfrentamento de Emergência do COVID-19 – Ativ. 2.484 nas dotações orçamentárias e receitas a serem criadas. A receita deverá ser arrecadada na rubrica 4.17.18.03.9(...) fonte 03 – Atenção Primária COVID19.

Suplementar	Valor	Elemento de Despesa	Fonte de Recurso
CRIAR	204.000,00	31.90.11	03
DOTAÇÃO	338.395,00	33.90.30	
<b>TOTAL</b>	<b>542.395,00</b>		

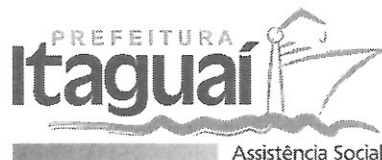
Atenciosamente,

Carlos Eduardo Carneiro Zóia  
Secretário Municipal de Saúde  
Matr. 45.944

João José de Almeida  
Secretário de Fazenda  
Matr.: 45.938



Estado do Rio de Janeiro  
**Prefeitura Municipal de Itaguaí**  
Secretaria Municipal de Assistência Social



Ofício SMAS/GAB/1083/2020.

Itaguaí, 24 de agosto de 2020.

De: Secretário Municipal de Assistência Social - Sra. Micheli Sobral dos Santos

À Secretaria Municipal de Fazenda – Sr. João José de Almeida Neto

Ass.: Solicitação de Rubrica específica para Recurso Covid/SUAS

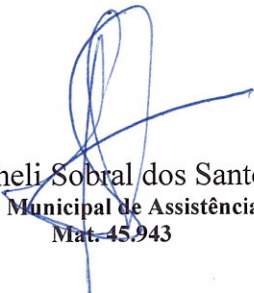
Prezado Senhor,

Cumprimentando-o sirvo-me do presente para solicitar Programa de Trabalho orçamentário de recurso oriundo do Ministério da Cidadania próprio para a Política de Assistência Social alocada no FMAS sob a identificação 08.244.5031.21CO - Enfrentamento da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional do Coronavírus – COVI 19 na categoria econômica de custeio, atendendo à Portaria MC nº 378 de 07 de maio de 2020 e à Portaria 369 MC de 29 de abril de 2020.

Recursos emergenciais SUAS – Sistema Único de Assistência Social do FNAS para o FMAS.	
Identificação Repasse	Valor repassado 2020
COVID - Acolhimento	343.200,00
COVID – Alimentação	16.560,00
COVID - EPI	116.550,00
MAC -COVID 19	269.964,00
PSB – COVID 19	452.545,84
TOTAL	R\$ 1.198.81,84

Segue em anexo o Plano de Ação com os diferentes itens de despesa para os recursos aqui descritos.

Sem mais para o momento, aproveitamos a oportunidade para renovar protestos de elevada estima e distinta consideração, colocando-nos a disposição para eventuais solicitações.



Micheli Sobral dos Santos  
Secretária Municipal de Assistência Social  
Mat. 45.943



## PORTARIA 369/2020

ITEMS	DESCRIÇÃO	AÇÃO	ELEMENTO	VALOR PREVISTO PACTUADO.
1	AQUISIÇÃO DE EPI	PROFISSIONAIS DA REDE	33.90.30	R\$ 116.550,00
2	AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS	IDOSOS E PESSOAS COM DEFIC.ACOLHIDOS	33.90.30	R\$ 16.560,00
3	ALIMENTAÇÃO	GENEROS PARA PUBL.ALVO ACOLHIDO	33.90.30	R\$ 50.000,00
4	AQUIS.BENS DE CONSUMO (UTENS.COZ/BANH/MAT.LIMP/MAT.HIGIEN/OUTROS)	MATER.CAMA,MESA,BANHO P/ ACOLHIDOS	33.90.30	R\$ 20.000,00
5	VESTUARIO	ROUPAS PARA ACOLHIDOS	33.90.30	R\$ 20.000,00
6	EQUIPAMENTO DE EPI	EPI PARA ACOLHIDOS	33.90.30	R\$ 15.000,00
SUBTOTAL - CONSUMO				R\$ 238.110,00
7	LOCAÇÃO DE VEICULOS	PARA FORTALECER SERV.ATEND.ACOLHIDO	33.90.39	R\$ 75.000,00
8	LOCAÇÃO DE OUTROS MATERIAIS PERMANENTE	PARA FORTALECER SERV.ATEND.ACOLHIDO	33.90.39	R\$ 20.000,00
9	MATERIAIS PARA LOCAÇÃO DE IMÓVEIS/MOVEIS	PARA FORTALECER SERV.ATEND.ACOLHIDO	33.90.39	R\$ 63.200,00
10	CONTRATAÇÃO PESS.JURID. P/ FORN.SERVÇOS	PARA FORTALECER SERV.ATEND.ACOLHIDO	33.90.39	R\$ 60.000,00
11	DESPESAS OPERACIONAIS(CEDADE/LIGHT/INTERN)	PARA FORTALECER SERV.ATEND.ACOLHIDO	33.90.39	R\$ 20.000,00
SUBTOTAL - CONSUMO				R\$ 238.200,00
TOTAL GERAL				R\$ 476.310,00

## Dados do termo de aceite

Abaixo estão listados os dados relativos ao termo preenchido.

Ente	Meta aceita: Pessoas em Serviços	143	Itaguaí - 3302007
Socioassistenciais	Valor aceite: Pessoas em Serviços	R\$ 343.200,00	
Socioassistenciais	Data do aceite	04/05/2020	
Responsável pelo aceite	WAGNER ALEX COSTA D'ALMEIDA		

## IDENTIFICAÇÃO DO ÓRGÃO GESTOR

### Órgão Gestor

- Endereço: PREFEITO ISOLDACKSON CRUZ DE BRITO
- Nome: SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
- Endereço: Número: 18745
- Complemento: salas 215 a 218
- Bairro: VILA MARGARIDA
- Endereço: Ponto de Referência: NA SUBIDA DO MORRO DO CORTE
- CEP: 23825840
- Município: 3302007
- UF: 330200
- E-mail: gabinete.smas@itaguai.rj.gov.br
- DDD: 21
- Telefone: 26888621
- Ramal: Sem ramal
- Fax: 26888621
- Código original: 63871

## DADOS DE APROVAÇÃO DO CONSELHO

### Dados de Aprovação do Conselho

- Numero da Resolução: 013/2020
- Data de Reunião: 2020-06-04 00:00:00
- Numero da Ata: 270

## 1 Número de unidades

• Valor Total Previsto: 75000,00

Locação de outros materiais permanentes

• Valor Total Previsto: 20000,00

Aquisição de Bens de consumos (utensílios de cozinha, banheiro, materiais de limpeza, materiais de higienização, entre outros)

• Valor Total Previsto: 20000,00

Material para manutenção de imóveis e móveis

• Valor Total Previsto: 63200,00

Vestuário

• Valor Total Previsto: 20000,00

Contratação de PJ para fornecimento de serviços

• Valor Total Previsto: 60000,00

Pagamento de Pessoal

• Valor Total Previsto: 0,00

Descrição: Outros, Qual?

• Outro: não

Outro(s), qual/quais?

• Valor Total Previsto: 0,00

Equipamentos de Proteção Individual EPI

• Valor Total Previsto: 15000,00

- Cargo do Responsável pelo preenchimento da gestão  
SECRETÁRIO(A) DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

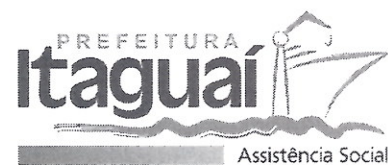
- CPF do Responsável pelo preenchimento da gestão  
94099626768

- Data preenchimento gestão  
2020-05-04 22:20:41





Estado do Rio de Janeiro  
**Prefeitura Municipal de Itaguaí**  
Secretaria Municipal de Assistência Social



OFÍCIO SMAS/GAB/1093 /2020.

Itaguaí, 25 de agosto de 2020.

De: Secretário Municipal de Assistência Social - Sra. Micheli Sobral dos Santos

À Secretaria Municipal de Fazenda – Sr. João José de Almeida Neto

Ass.: Desdobramento das Despesas específica para Recurso Covid/SUAS-Portaria 369

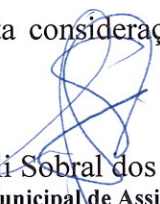
Prezado Senhor,

Cumprimentando-o sirvo-me do presente, em complementação ao OFÍCIO SMAS/GAB/1083/2020, para encaminhar a planilha descritiva da destinação dos recursos, que segue em anexo, para a criação do Programa de Trabalho orçamentário dos recurso oriundo do Ministério da Cidadania, próprio para a Política de Assistência Social alocada no FMAS sob a identificação 08.244.5031.21CO - Enfrentamento da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional do Corona vírus – COVI 19 na categoria econômica de custeio, atendendo à Portaria nº 369 MC de 29 de abril de 2020.

No oportuno, vimos esclarecer que os recursos do Incremento do COVID para as AÇÕES do SERVIÇO da MAC – e PSB abaixo informados, já estão inseridos na EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA do CRAS – PROJETO ATIVIDADE 2.023 e do CREAS- PROJETO ATIVIDDE 2.444

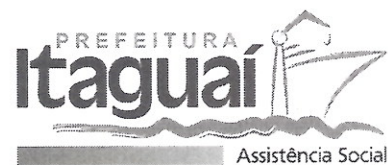
MAC -COVID 19	269.964,00
PSB – COVID 19	452.545,84

Sem mais para o momento, aproveitamos a oportunidade para renovar protestos de elevada estima e distinta consideração, colocando-nos a disposição para eventuais solicitações.

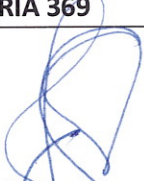
  
Micheli Sobral dos Santos  
Secretária Municipal de Assistência Social  
Mat. 45.943



Estado do Rio de Janeiro  
**Prefeitura Municipal de Itaguai**  
Secretaria Municipal de Assistência Social



DESCRIÇÃO DA DESPESA	VALOR PACTUADO/REPASSE	ELEMENTO DE DESPESA	CONTA VINCULADA
ALIMENTAÇÃO – ACOLHIMENTO ( IDOSOS/PPD)	R\$ 16.560,00	33.90.30	85.642-8
ALIMENTAÇÃO - ACOLHIMENTO (HOTEL SOCIAL)	R\$ 50.000,00	33.90.30	85.640-1
AQUIS.BENS DE CONSUMO (UTES.COZ/BANH/MAT.LIMP/MAT.HIGIEN/OUTROS) - HOTEL SOCIAL	R\$ 20.000,00	33.90.30	85.640-1
MATERIAIS PARA LOCAÇÃO DE IMÓVEIS/MOVEIS) - HOTEL SOCIAL	R\$ 63.200,00	33.90.30	85.640-1
VESTUARIO - ACOLHIMENTO - HOTEL SOCIAL	R\$ 20.000,00	33.90.30	85.640-1
EQUIPAMENTO DE EPI - ACOLHIMENTO - HOTEL SOCIAL	R\$ 15.000,00	33.90.30	85.640-1
EQUIPAMENTO DE EPI - PROFISSIONAIS REDE	R\$116.550,00	33.90.30	85.643-6
<b>SUB-TOTAL - CONSUMO</b>	<b>R\$ 301.310,00</b>		
LOCAÇÃO DE VEICULOS - ACOLHIMENTO - HOTEL SOCIAL	R\$ 75.000,00	33.90.39	85.640-1
CONTRATAÇÃO PESS.JURID. P/ FORN.SERVIÇOS	R\$ 60.000,00	33.90.39	85.640-1
DESPESAS OPERACIONAIS(CEDAE/LIGHT/INTERN)	R\$ 20.000,00	33.90.39	85.640-1
<b>SUB-TOTAL - PESSOA JURIDICA</b>	<b>R\$ 155.000,00</b>		
LOCAÇÃO DE OUTROS MATERIAIS PERMANENTE	R\$ 20.000,00	44.90.52	85.640-1
<b>TOTAL RECURSOS COVID 19 -PORTARIA 369</b>	<b>R\$ 476.310,00</b>		

  
Micheli Sobral dos Santos  
Secretária Municipal de Assistência Social  
Mat. 45.943

  
João José de Almeida  
Secretário de Fazenda  
Mat.: 45.938



Relação das Alterações Orçamentárias - Período de 01/01/2020 até 31/12/2020

Supl.	Fundamento	Lei	Tipo de alteração	Data supl.	Mov.	Tipo movimento	Origem recurso	Valor	Despesa	Proj/Ativ.	Elemento	Recurso	Detalhamento
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAGUAI													
73	Decreto 004512/20	003819/19	Extraordinário	08/10/20	1	Adicionar	Excesso de arrecadação	344.000,00	793	2.313	3.3.90.31.00.00.00.00	0232 - Lei Aldir Blanc	000000 - Sem detalhamento das destinaç
73	Decreto 004512/20	003819/19	Extraordinário	08/10/20	2	Adicionar	Excesso de arrecadação	278.265,70	794	2.313	3.3.90.36.00.00.00.00	0232 - Lei Aldir Blanc	000000 - Sem detalhamento das destinaç
73	Decreto 004512/20	003819/19	Extraordinário	08/10/20	3	Adicionar	Excesso de arrecadação	267.000,00	795	2.313	3.3.90.39.00.00.00.00	0232 - Lei Aldir Blanc	000000 - Sem detalhamento das destinaç
Total da entidade:								889.265,70					

RESUMO			
Suplementar:	0,00	Adicionar anulação de dotação:	0,00
Especial:	0,00	Subtrair anulação de dotação:	0,00
Extraordinário:	889.265,70	Adicionar dotação transferida:	0,00
		Subtrair dotação transferida:	0,00
		Superávit financeiro:	0,00
		Excesso de arrecadação:	889.265,70
		Operações de crédito:	0,00
		Convênio:	0,00
		Art.41 III Lei 4.320:	0,00

# DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 30/06/2020 | Edição: 123 | Seção: 1 | Página: 1

Órgão: Atos do Poder Legislativo

## LEI Nº 14.017, DE 29 DE JUNHO DE 2020

Dispõe sobre ações emergenciais destinadas ao setor cultural a serem adotadas durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020.

### OPRESIDENTEDAREPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre ações emergenciais destinadas ao setor cultural a serem adotadas durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020.

Art. 2º A União entregará aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, em parcela única, no exercício de 2020, o valor de R\$ 3.000.000.000,00 (três bilhões de reais) para aplicação, pelos Poderes Executivos locais, em ações emergenciais de apoio ao setor cultural por meio de:

I - renda emergencial mensal aos trabalhadores e trabalhadoras da cultura;

II - subsídio mensal para manutenção de espaços artísticos e culturais, microempresas e pequenas empresas culturais, cooperativas, instituições e organizações culturais comunitárias que tiveram as suas atividades interrompidas por força das medidas de isolamento social; e

III - editais, chamadas públicas, prêmios, aquisição de bens e serviços vinculados ao setor cultural e outros instrumentos destinados à manutenção de agentes, de espaços, de iniciativas, de cursos, de produções, de desenvolvimento de atividades de economia criativa e de economia solidária, de produções audiovisuais, de manifestações culturais, bem como à realização de atividades artísticas e culturais que possam ser transmitidas pela internet ou disponibilizadas por meio de redes sociais e outras plataformas digitais.

§ 1º Do valor previsto no **caput** deste artigo, pelo menos 20% (vinte por cento) serão destinados às ações emergenciais previstas no inciso III do **caput** deste artigo.

§ 2º (VETADO).

Art. 3º Os recursos destinados ao cumprimento do disposto no art. 2º desta Lei serão executados de forma descentralizada, mediante transferências da União aos Estados, aos Municípios e ao Distrito Federal, preferencialmente por meio dos fundos estaduais, municipais e distrital de cultura ou, quando não houver, de outros órgãos ou entidades responsáveis pela gestão desses recursos, devendo os valores da União ser repassados da seguinte forma:

I - 50% (cinquenta por cento) aos Estados e ao Distrito Federal, dos quais 20% (vinte por cento) de acordo com os critérios de rateio do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal (FPE) e 80% (oitenta por cento) proporcionalmente à população;

II - 50% (cinquenta por cento) aos Municípios e ao Distrito Federal, dos quais 20% (vinte por cento) de acordo com os critérios de rateio do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) e 80% (oitenta por cento) proporcionalmente à população.

§ 1º Os Municípios terão prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contado da data de recebimento do recurso, para a destinação prevista no art. 2º desta Lei.

§ 2º Os recursos não destinados ou que não tenham sido objeto de programação publicada no prazo máximo de 60 (sessenta) dias após a descentralização aos Municípios deverão ser automaticamente revertidos ao fundo estadual de cultura do Estado onde o Município se localiza ou, na falta deste, ao órgão

ou entidade estadual responsável pela gestão desses recursos.

Art. 4º Compreendem-se como trabalhador e trabalhadora da cultura as pessoas que participam de cadeia produtiva dos segmentos artísticos e culturais descritos no art. 8º desta Lei, incluídos artistas, contadores de histórias, produtores, técnicos, curadores, oficineiros e professores de escolas de arte e capoeira.

Art. 5º A renda emergencial prevista no inciso I do **caput** do art. 2º desta Lei terá o valor de R\$ 600,00 (seiscentos reais) e deverá ser paga mensalmente desde a data de publicação desta Lei, em 3 (três) parcelas sucessivas.

§ 1º O benefício referido no **caput** deste artigo também será concedido, retroativamente, desde 1º de junho de 2020.

§ 2º O benefício referido no **caput** deste artigo será prorrogado no mesmo prazo em que for prorrogado o benefício previsto no art. 2º da Lei nº 13.982, de 2 de abril de 2020.

Art. 6º Farão jus à renda emergencial prevista no inciso I do **caput** do art. 2º desta Lei os trabalhadores e trabalhadoras da cultura com atividades interrompidas e que comprovem:

I - terem atuado social ou profissionalmente nas áreas artística e cultural nos 24 (vinte e quatro) meses imediatamente anteriores à data de publicação desta Lei, comprovada a atuação de forma documental ou autodeclaratória;

II - não terem emprego formal ativo;

III - não serem titulares de benefício previdenciário ou assistencial ou beneficiários do seguro-desemprego ou de programa de transferência de renda federal, ressalvado o Programa Bolsa Família;

IV - terem renda familiar mensal **per capita** de até 1/2 (meio) salário-mínimo ou renda familiar mensal total de até 3 (três) salários-mínimos, o que for maior;

V - não terem recebido, no ano de 2018, rendimentos tributáveis acima de R\$ 28.559,70 (vinte e oito mil, quinhentos e cinquenta e nove reais e setenta centavos);

VI - estarem inscritos, com a respectiva homologação da inscrição, em, pelo menos, um dos cadastros previstos no § 1º do art. 7º desta Lei; e

VII - não serem beneficiários do auxílio emergencial previsto na Lei nº 13.982, de 2 de abril de 2020.

§ 1º O recebimento da renda emergencial está limitado a 2 (dois) membros da mesma unidade familiar.

§ 2º A mulher provedora de família monoparental receberá 2 (duas) cotas da renda emergencial.

Art. 7º O subsídio mensal previsto no inciso II do **caput** do art. 2º desta Lei terá valor mínimo de R\$ 3.000,00 (três mil reais) e máximo de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), de acordo com critérios estabelecidos pelo gestor local.

§ 1º Farão jus ao benefício referido **caput** deste artigo os espaços culturais e artísticos, microempresas e pequenas empresas culturais, organizações culturais comunitárias, cooperativas e instituições culturais com atividades interrompidas, que devem comprovar sua inscrição e a respectiva homologação em, pelo menos, um dos seguintes cadastros:

I - Cadastros Estaduais de Cultura;

II - Cadastros Municipais de Cultura;

III - Cadastro Distrital de Cultura;

IV - Cadastro Nacional de Pontos e Pontões de Cultura;

V - Cadastros Estaduais de Pontos e Pontões de Cultura;

VI - Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais (Sniic);

VII - Sistema de Informações Cadastrais do Artesanato Brasileiro (Sicab);



VIII - outros cadastros referentes a atividades culturais existentes na unidade da Federação, bem como projetos culturais apoiados nos termos da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, nos 24 (vinte e quatro) meses imediatamente anteriores à data de publicação desta Lei.

§ 2º Serão adotadas as medidas cabíveis, por cada ente federativo, enquanto perdurar o período de que trata o art. 1º desta Lei, para garantir, preferencialmente de modo não presencial, inclusões e alterações nos cadastros, de forma autodeclaratória e documental, que comprovem funcionamento regular.

§ 3º O benefício de que trata o **caput** deste artigo somente será concedido para a gestão responsável pelo espaço cultural, vedado o recebimento cumulativo, mesmo que o beneficiário esteja inscrito em mais de um cadastro referido no § 1º deste artigo ou seja responsável por mais de um espaço cultural.

Art. 8º Compreendem-se como espaços culturais todos aqueles organizados e mantidos por pessoas, organizações da sociedade civil, empresas culturais, organizações culturais comunitárias, cooperativas com finalidade cultural e instituições culturais, com ou sem fins lucrativos, que sejam dedicados a realizar atividades artísticas e culturais, tais como:

I - pontos e pontões de cultura;

II - teatros independentes;

III - escolas de música, de capoeira e de artes e estúdios, companhias e escolas de dança;

IV - circos;

V - cineclubes;

VI - centros culturais, casas de cultura e centros de tradição regionais;

VII - museus comunitários, centros de memória e patrimônio;

VIII - bibliotecas comunitárias;

IX - espaços culturais em comunidades indígenas;

X - centros artísticos e culturais afro-brasileiros;

XI - comunidades quilombolas;

XII - espaços de povos e comunidades tradicionais;

XIII - festas populares, inclusive o carnaval e o São João, e outras de caráter regional;

XIV - teatro de rua e demais expressões artísticas e culturais realizadas em espaços públicos;

XV - livrarias, editoras e sebos;

XVI - empresas de diversão e produção de espetáculos;

XVII - estúdios de fotografia;

XVIII - produtoras de cinema e audiovisual;

XIX - ateliês de pintura, moda, **design** e artesanato;

XX - galerias de arte e de fotografias;

XXI - feiras de arte e de artesanato;

XXII - espaços de apresentação musical;

XXIII - espaços de literatura, poesia e literatura de cordel;

XXIV - espaços e centros de cultura alimentar de base comunitária, agroecológica e de culturas originárias, tradicionais e populares;

XXV - outros espaços e atividades artísticos e culturais validados nos cadastros aos quais se refere o art. 7º desta Lei.

Parágrafo único. Fica vedada a concessão do benefício a que se refere o inciso II do **caput** do art. 2º desta Lei a espaços culturais criados pela administração pública de qualquer esfera ou vinculados a ela, bem como a espaços culturais vinculados a fundações, a institutos ou instituições criados ou mantidos



por grupos de empresas, a teatros e casas de espetáculos de diversões com financiamento exclusivo de grupos empresariais e a espaços geridos pelos serviços sociais do Sistema S.

Art. 9º Os espaços culturais e artísticos, as empresas culturais e organizações culturais comunitárias, as cooperativas e as instituições beneficiadas com o subsídio previsto no inciso II do **caput** do art. 2º desta Lei ficarão obrigados a garantir como contrapartida, após o reinício de suas atividades, a realização de atividades destinadas, prioritariamente, aos alunos de escolas públicas ou de atividades em espaços públicos de sua comunidade, de forma gratuita, em intervalos regulares, em cooperação e planejamento definido com o ente federativo responsável pela gestão pública de cultura do local.

Art. 10. O beneficiário do subsídio previsto no inciso II do **caput** do art. 2º desta Lei deverá apresentar prestação de contas referente ao uso do benefício ao respectivo Estado, ao Município ou ao Distrito Federal, conforme o caso, em até 120 (cento e vinte) dias após o recebimento da última parcela do subsídio.

Parágrafo único. Os Estados, os Municípios e o Distrito Federal assegurarão ampla publicidade e transparência à prestação de contas de que trata este artigo.

Art. 11. As instituições financeiras federais poderão disponibilizar às pessoas físicas que comprovem serem trabalhadores e trabalhadoras do setor cultural e às microempresas e empresas de pequeno porte de que trata o art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, que tenham finalidade cultural em seus respectivos estatutos, o seguinte:

I - linhas de crédito específicas para fomento de atividades e aquisição de equipamentos; e

II - condições especiais para renegociação de débitos.

§ 1º Os débitos relacionados às linhas de crédito previstas no inciso I do **caput** deste artigo deverão ser pagos no prazo de até 36 (trinta e seis) meses, em parcelas mensais reajustadas pela taxa do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic), a partir de 180 (cento e oitenta) dias, contados do final do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020.

§ 2º É condição para o acesso às linhas de crédito e às condições especiais de que tratam os incisos I e II do **caput** deste artigo o compromisso de manutenção dos níveis de emprego existentes à data de entrada em vigor do Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020.

Art. 12. Ficam prorrogados automaticamente por 1 (um) ano os prazos para aplicação dos recursos, para realização de atividades culturais e para a respectiva prestação de contas dos projetos culturais já aprovados pelo órgão ou entidade do Poder Executivo responsável pela área da cultura, nos termos:

I - da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, que institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac);

II - da Lei nº 8.685, de 20 de julho de 1993;

III - da Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001;

IV - dos recursos recebidos por meio do Fundo Setorial do Audiovisual, estabelecido nos termos da Lei nº 12.485, de 12 de setembro de 2011;

V - da Lei nº 12.343, de 2 de dezembro de 2010, que institui o Plano Nacional de Cultura (PNC);

VI - das formas de apoio financeiro à execução das ações da Política Nacional de Cultura Viva estabelecidas pela Lei nº 13.018, de 22 de julho de 2014.

Art. 13. Enquanto vigorar o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, a concessão de recursos no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac) e dos programas federais de apoio ao audiovisual, bem como as ações estabelecidas pelos demais programas e políticas federais para a cultura, entre os quais a Política Nacional de Cultura Viva, estabelecida nos termos da Lei nº 13.018, de 22 de julho de 2014, deverão priorizar o fomento de atividades culturais que possam ser transmitidas pela internet ou disponibilizadas por meio de redes sociais e de plataformas digitais ou meios de comunicação não presenciais, ou cujos recursos de apoio e



fomento possam ser adiantados, mesmo que a realização das atividades culturais somente seja possível após o fim da vigência do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020.

Art. 14. Para as medidas de que trata esta Lei poderão ser utilizados como fontes de recursos:

I - dotações orçamentárias da União, observados os termos da Emenda Constitucional nº 106, de 7 de maio de 2020;

II - o superávit do Fundo Nacional da Cultura apurado em 31 de dezembro de 2019, observado o disposto no art. 3º da Emenda Constitucional nº 106, de 7 de maio de 2020;

III - outras fontes de recursos.

Art. 15. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 29 de junho de 2020; 199º da Independência e 132º da República.

**JAIR MESSIAS BOLSONARO**

*Paulo Guedes*

*Marcelo Henrique Teixeira Dias*

*José Levi Mello do Amaral Júnior*

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
Centro de Documentação e Informação

## **DECRETO Nº 10.464, DE 17 DE AGOSTO DE 2020**

Regulamenta a Lei nº 14.017, de 29 de junho de 2020, que dispõe sobre as ações emergenciais destinadas ao setor cultural a serem adotadas durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020.

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, *caput*, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto na Lei nº 14.017, de 29 de junho de 2020,

### **DECRETA:**

#### **CAPÍTULO I** **DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 1º Este Decreto regulamenta a Lei nº 14.017, de 29 de junho de 2020, que dispõe sobre ações emergenciais destinadas ao setor cultural a serem adotadas durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020.

Art. 2º A União entregará aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, em parcela única, no exercício de 2020, o valor de R\$ 3.000.000.000,00 (três bilhões de reais) para aplicação em ações emergenciais de apoio ao setor cultural, conforme estabelecido no art. 2º da Lei nº 14.017, de 2020, observado o seguinte:

I - compete aos Estados e ao Distrito Federal distribuir a renda emergencial mensal aos trabalhadores da cultura, em observância ao disposto no inciso I do *caput* do art. 2º da Lei nº 14.017, de 2020;

II - compete aos Municípios e ao Distrito Federal distribuir os subsídios mensais para a manutenção de espaços artísticos e culturais, microempresas e pequenas empresas culturais, cooperativas, instituições e organizações culturais comunitárias que tiveram as suas atividades interrompidas por força das medidas de isolamento social, em observância ao disposto no inciso II do *caput* do art. 2º da Lei nº 14.017, de 2020; e

III - compete aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios elaborar e publicar editais, chamadas públicas ou outros instrumentos aplicáveis para prêmios, aquisição de bens e serviços vinculados ao setor cultural, manutenção de agentes, de espaços, de iniciativas, de cursos, de produções, de desenvolvimento de atividades de economia criativa e de economia

solidária, de produções audiovisuais, de manifestações culturais, e realização de atividades artísticas e culturais que possam ser transmitidas pela internet ou disponibilizadas por meio de redes sociais e outras plataformas digitais, em observância ao disposto no inciso III do *caput* do art. 2º da Lei nº 14.017, de 2020.

§ 1º Do valor previsto no *caput* pelo menos vinte por cento serão destinados às ações emergenciais previstas no inciso III do *caput*.

§ 2º Os beneficiários dos recursos contemplados na Lei nº 14.017, de 2020, e neste Decreto deverão residir e estar domiciliados no território nacional.

§ 3º Para a execução das ações emergenciais previstas no inciso III do *caput*, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios definirão, em conjunto, o âmbito em que cada ação emergencial será realizada, de modo a garantir que não haja sobreposição entre os entes federativos.

§ 4º O Poder Executivo dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios editará regulamento com os procedimentos necessários à aplicação dos recursos recebidos na forma prevista neste artigo, no âmbito de cada ente federativo, observado o disposto na Lei nº 14.017, de 2020, e neste Decreto.

§ 5º O pagamento dos recursos destinados ao cumprimento do disposto nos incisos I e II do *caput* fica condicionado à verificação de elegibilidade do beneficiário, realizada por meio de consulta prévia a base de dados em âmbito federal disponibilizada pelo Ministério do Turismo.

§ 6º A verificação de elegibilidade do beneficiário de que trata o § 5º não dispensa a realização de outras consultas a bases de dados dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios que se façam necessárias.

§ 7º As informações obtidas de bases de dados dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios deverão ser homologadas pelo respectivo ente federativo. *(Parágrafo com redação dada pelo Decreto nº 10.489, de 17/9/2020)*

§ 8º Na hipótese de inexistência de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios informarão o número ou o código de identificação único que vincule o solicitante à organização ou ao espaço beneficiário.

§ 9º O agente público responsável pelo pagamento em desacordo com o disposto nos § 5º ao § 8º poderá ser responsabilizado nas esferas civil, administrativa e penal, na forma prevista em lei.

## CAPÍTULO II DA RENDA EMERGENCIAL

Art. 3º A renda emergencial de que trata o inciso I do *caput* do art. 2º terá o valor de R\$ 600,00 (seiscentos reais), será paga mensalmente, em três parcelas sucessivas, e estará limitada a:

I - dois membros da mesma unidade familiar; e

II - duas cotas, quando se tratar de mulher provedora de família monoparental.

§ 1º O benefício referido no *caput* será concedido, retroativamente, desde 1º de junho de 2020.

§ 2º O benefício referido no *caput* será prorrogado pelo mesmo prazo que for prorrogado o benefício previsto no art. 2º da Lei nº 13.982, de 2 de abril de 2020, limitado ao valor da parcela entregue pela União, ressalvada a faculdade dos entes federativos de suplementá-lo por meio de outras fontes próprias de recursos.



Art. 4º Farão jus à renda emergencial prevista no inciso I do *caput* do art. 2º os trabalhadores da cultura com atividades interrompidas que comprovem:

I - terem atuado social ou profissionalmente nas áreas artística e cultural nos vinte e quatro meses imediatamente anteriores à data de publicação da Lei nº 14.017, de 2020, comprovada a atuação por meio da apresentação de:

- a) autodeclaração, conforme modelo constante do Anexo II; ou
- b) documentação, conforme lista exemplificativa constante do Anexo II;

II - não terem emprego formal ativo;

III - não serem titulares de benefício previdenciário ou assistencial ou beneficiários do seguro-desemprego ou de programa de transferência de renda federal, ressalvado o Programa Bolsa Família;

IV - terem renda familiar mensal *per capita* de até meio salário-mínimo ou renda familiar mensal total de até três salários-mínimos, o que for maior;

V - não terem recebido, no ano de 2018, rendimentos tributáveis acima de R\$ 28.559,70 (vinte e oito mil quinhentos e cinquenta e nove reais e setenta centavos);

VI - estarem inscritos, com a respectiva homologação da inscrição, em, pelo menos, um dos cadastros a que se refere o art. 6º; e

VII - não serem beneficiários do auxílio emergencial previsto na Lei nº 13.982, de 2020.

§ 1º Entende-se como trabalhador e trabalhadora da cultura as pessoas que participam da cadeia produtiva dos segmentos artísticos e culturais descritos no art. 8º, incluídos artistas, contadores de histórias, produtores, técnicos, curadores, oficineiros e professores de escolas de arte e capoeira.

§ 2º São considerados empregados formais, para efeitos deste artigo, os empregados com contrato de trabalho formalizado nos termos da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e todos os agentes públicos, independentemente da relação jurídica, inclusive os ocupantes de cargo ou função temporários ou de cargo em comissão de livre nomeação e exoneração e os titulares de mandato eletivo.

### CAPÍTULO III DO SUBSÍDIO MENSAL

Art. 5º O subsídio mensal de que trata o inciso II do *caput* do art. 2º terá valor mínimo de R\$ 3.000,00 (três mil reais) e máximo de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), de acordo com critérios estabelecidos pelo gestor local.

§ 1º Previamente à concessão do benefício de que trata o *caput*, os critérios estabelecidos pelo gestor local deverão ser publicados em ato formal.

§ 2º Os critérios estabelecidos pelo gestor local serão informados detalhadamente no relatório de gestão final a que se refere o Anexo I, disponível para preenchimento na Plataforma +Brasil.

Art. 6º Farão jus ao subsídio mensal previsto no inciso II do *caput* do art. 2º as entidades de que trata o referido inciso, desde que estejam com suas atividades interrompidas e que comprovem a sua inscrição e a homologação em, no mínimo, um dos seguintes cadastros:

- I - Cadastros Estaduais de Cultura;
- II - Cadastros Municipais de Cultura;
- III - Cadastro Distrital de Cultura;



- IV - Cadastro Nacional de Pontos e Pontões de Cultura;
- V - Cadastros Estaduais de Pontos e Pontões de Cultura;
- VI - Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais;
- VII - Sistema de Informações Cadastrais do Artesanato Brasileiro; e

VIII - outros cadastros referentes a atividades culturais existentes no âmbito do ente federativo, bem como projetos culturais apoiados nos termos da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, nos vinte e quatro meses imediatamente anteriores à data de publicação da Lei nº 14.017, de 2020.

§ 1º As entidades de que trata o inciso II do *caput* do art. 2º deverão apresentar autodeclaração, da qual constarão informações sobre a interrupção de suas atividades e indicação dos cadastros em que estiverem inscritas acompanhados da sua homologação, quando for o caso.

§ 2º Enquanto perdurar o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, cada ente federativo deverá adotar medidas que garantam inclusões e alterações nas inscrições ou nos cadastros, por meio de autodeclaração ou de apresentação de documentos, preferencialmente de modo não presencial.

§ 3º O subsídio mensal previsto no inciso II do *caput* do art. 2º somente será concedido para a gestão responsável pelo espaço cultural, vedado o recebimento cumulativo, mesmo que o beneficiário esteja inscrito em mais de um cadastro ou seja responsável por mais de um espaço cultural.

§ 4º Após a retomada de suas atividades, as entidades de que trata o inciso II do *caput* do art. 2º ficam obrigadas a garantir como contrapartida a realização de atividades destinadas, prioritariamente, aos alunos de escolas públicas ou de atividades em espaços públicos de sua comunidade, de forma gratuita, em intervalos regulares, em cooperação e planejamento definido com o ente federativo responsável pela gestão pública cultural do local.

§ 5º Para fins de atendimento ao disposto no art. 9º da Lei nº 14.017, de 2020, os beneficiários do subsídio mensal previsto no inciso II do *caput* do art. 2º apresentarão ao responsável pela distribuição, juntamente à solicitação do benefício, proposta de atividade de contrapartida em bens ou serviços economicamente mensuráveis.

§ 6º Incumbe ao responsável pela distribuição do subsídio mensal previsto no inciso II do *caput* do art. 2º verificar o cumprimento da contrapartida de que trata este artigo.

§ 7º Fica vedada a concessão do subsídio mensal previsto no inciso II do *caput* do art. 2º a espaços culturais criados pela administração pública de qualquer esfera ou vinculados a ela, bem como a espaços culturais vinculados a fundações, a institutos ou instituições criados ou mantidos por grupos de empresas, a teatros e casas de espetáculos de diversões com financiamento exclusivo de grupos empresariais e a espaços geridos pelos serviços sociais do Sistema S.

§ 8º A lista de cadastros federais homologados será publicada em canal oficial do Governo federal.

Art. 7º O beneficiário do subsídio mensal previsto no inciso II do *caput* do art. 2º apresentará prestação de contas referente ao uso do benefício ao ente federativo responsável, conforme o caso, no prazo de cento e vinte dias após o recebimento da última parcela do subsídio mensal.

§ 1º A prestação de contas de que trata este artigo deverá comprovar que o subsídio mensal recebido foi utilizado para gastos relativos à manutenção da atividade cultural do beneficiário.



§ 2º Os gastos relativos à manutenção da atividade cultural do beneficiário poderão incluir despesas realizadas com:

- I - internet;
- II - transporte;
- III - aluguel;
- IV - telefone;
- V - consumo de água e luz; e
- VI - outras despesas relativas à manutenção da atividade cultural do beneficiário.

§ 3º O ente federativo responsável pela concessão do subsídio mensal previsto no inciso II do *caput* do art. 2º discriminará no relatório de gestão final a que se refere o Anexo I os subsídios concedidos, de modo a especificar se as prestações de contas referidas no *caput* deste artigo foram aprovadas ou não e quais as providências adotadas em caso de terem sido rejeitadas.

Art. 8º Para fins do disposto neste Decreto, consideram-se espaços culturais aqueles organizados e mantidos por pessoas, organizações da sociedade civil, empresas culturais, organizações culturais comunitárias, cooperativas com finalidade cultural e instituições culturais, com ou sem fins lucrativos, que sejam dedicados a realizar atividades artísticas e culturais, tais como:

- I - pontos e pontões de cultura;
- II - teatros independentes;
- III - escolas de música, de capoeira e de artes e estúdios, companhias e escolas de dança;
- IV - circos;
- V - cineclubes;
- VI - centros culturais, casas de cultura e centros de tradição regionais;
- VII - museus comunitários, centros de memória e patrimônio;
- VIII - bibliotecas comunitárias;
- IX - espaços culturais em comunidades indígenas;
- X - centros artísticos e culturais afro-brasileiros;
- XI - comunidades quilombolas;
- XII - espaços de povos e comunidades tradicionais;
- XIII - festas populares, inclusive o carnaval e o São João, e outras de caráter regional;
- XIV - teatro de rua e demais expressões artísticas e culturais realizadas em espaços públicos;
- XV - livrarias, editoras e sebos;
- XVI - empresas de diversão e produção de espetáculos;
- XVII - estúdios de fotografia;
- XVIII - produtoras de cinema e audiovisual;
- XIX - ateliês de pintura, moda, *design* e artesanato;
- XX - galerias de arte e de fotografias;
- XXI - feiras de arte e de artesanato;
- XXII - espaços de apresentação musical;
- XXIII - espaços de literatura, poesia e literatura de cordel;
- XXIV - espaços e centros de cultura alimentar de base comunitária, agroecológica e de culturas originárias, tradicionais e populares; e
- XXV - outros espaços e atividades artísticos e culturais validados nos cadastros a que se refere o art. 6º.

## CAPÍTULO IV

### DOS EDITAIS, DAS CHAMADAS PÚBLICAS E DE OUTROS INSTRUMENTOS APLICÁVEIS

Art. 9º Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão elaborar e publicar editais, chamadas públicas ou outros instrumentos aplicáveis, de que trata o inciso III do *caput* do art. 2º, por intermédio de seus programas de apoio e financiamento à cultura já existentes ou por meio da criação de programas específicos.

§ 1º Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão desempenhar, em conjunto, esforços para evitar que os recursos aplicados se concentrem nos mesmos beneficiários, na mesma região geográfica ou em um número restrito de trabalhadores da cultura ou de instituições culturais.

§ 2º Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão informar no relatório de gestão final a que se refere o Anexo I:

I - os tipos de instrumentos realizados;

II - a identificação do instrumento;

III - o total dos valores repassados por meio do instrumento;

IV - o quantitativo de beneficiários;

V - para fins de transparência e verificação, a publicação em Diário Oficial dos resultados dos certames em formato PDF;

VI - a comprovação do cumprimento dos objetos pactuados nos instrumentos; e

VII - na hipótese de não cumprimento integral dos objetos pactuados nos instrumentos, a identificação dos beneficiários e as providências adotadas para recomposição do dano.

§ 3º A comprovação de que trata o inciso VI do *caput* deverá ser fundamentada nos pareceres de cumprimento do objeto pactuado com cada beneficiário, atestados pelo gestor do ente federativo responsável pela distribuição dos recursos.

§ 4º O agente público responsável pelas informações apresentadas no relatório de gestão final, a que se refere o Anexo I, poderá ser responsabilizado nas esferas civil, administrativa e penal, na forma prevista em lei.

§ 5º Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão dar ampla publicidade às iniciativas apoiadas pelos recursos recebidos na forma prevista no inciso III do *caput* do art. 2º e transmitidas pela internet ou disponibilizadas por meio de redes sociais e outras plataformas digitais, preferencialmente por meio da divulgação no sítio eletrônico oficial do ente federativo, cujo endereço eletrônico deverá ser informado no relatório de gestão final a que se refere o Anexo I.

§ 6º A execução das ações de que trata o *caput* ocorrerá por meio de procedimentos públicos de seleção, iniciados por editais ou chamadas públicas, observados os princípios da moralidade e da impessoalidade e vedada a aplicação da inexigibilidade de licitação de que trata o inciso III do *caput* do art. 25 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993. *(Parágrafo com redação dada pelo Decreto nº 10.489, de 17/9/2020)*

## CAPÍTULO V

### DA OPERACIONALIZAÇÃO DA TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS E DOS PRAZOS



Art. 10. Os recursos destinados ao cumprimento do disposto no art. 2º deste Decreto serão executados de forma descentralizada, por meio de transferências da União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, por intermédio da Plataforma +Brasil, instituída pelo Decreto nº 10.035, de 1º de outubro de 2019, cujos valores serão repassados da seguinte forma:

I - cinquenta por cento aos Estados e ao Distrito Federal, dos quais:

a) vinte por cento serão repassados de acordo com os critérios de rateio do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal - FPE; e

b) oitenta por cento serão repassados proporcionalmente à população de cada Estado;  
e

II - cinquenta por cento aos Municípios e ao Distrito Federal, dos quais:

a) vinte por cento serão repassados de acordo com os critérios de rateio do Fundo de Participação dos Municípios - FPM; e

b) oitenta por cento serão repassados proporcionalmente à população de cada Município.

§ 1º Os valores repassados aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios são aqueles constantes do Anexo III, calculados a partir dos coeficientes de FPM e FPE encaminhados pela Secretaria do Tesouro Nacional da Secretaria Especial de Fazenda do Ministério da Economia e de acordo com a estimativa de população considerada pelo Tribunal de Contas da União.

§ 2º Os valores repassados aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios a que se refere o § 1º serão cadastrados na Plataforma +Brasil.

§ 3º O prazo para publicação da programação ou destinação dos recursos de que trata o art. 2º será de sessenta dias para os Municípios e de cento e vinte dias para os Estados e o Distrito Federal, contado da data de recebimento dos recursos.

§ 4º Para cumprimento do disposto neste artigo, considera-se como publicada a programação constante de dotação destinada a esse fim na lei orçamentária vigente divulgada em Diário Oficial ou em meio de comunicação oficial.

§ 5º A publicação a que se refere o § 4º deverá ser informada no relatório de gestão final a que se refere o Anexo I.

Art. 11. A União fará a transferência para Estados, Distrito Federal e Municípios em conta específica em agência de relacionamento do Banco do Brasil, de acordo com o cronograma de pagamentos a ser publicado em canal oficial do Governo federal.

§ 1º O Ministério do Turismo disponibilizará, pelo prazo de sessenta dias, contado da data da publicação deste Decreto, na Plataforma +Brasil, os programas para que os Estados, o Distrito Federal e os Municípios indiquem a agência de relacionamento do Banco do Brasil para a qual serão transferidos os recursos e o plano de ação para a sua execução, observado o disposto no art. 2º.

§ 2º A conta específica de que trata o *caput* será criada automaticamente pela Plataforma +Brasil.

§ 3º Os recursos transferidos na forma prevista neste artigo serão geridos, exclusivamente, na conta específica de que trata o *caput*.

§ 4º Além da conta específica a que se refere o *caput*, será criada automaticamente pela Plataforma +Brasil uma conta adicional aos Estados destinada exclusivamente à distribuição dos recursos objetos de reversão.

§ 5º As movimentações de saída de recursos das contas bancárias serão classificadas e identificadas conforme o disposto no art. 2º e as informações a elas referentes serão disponibilizadas no sistema BB Ágil do Banco do Brasil.

§ 6º O montante dos recursos indicado no plano de ação poderá ser remanejado de acordo com a demanda local, desde que a divisão dos recursos prevista no art. 2º seja respeitada e que o remanejamento seja informado no relatório de gestão final a que se refere o Anexo I.

## CAPÍTULO VI DOS RECURSOS REVERTIDOS

Art. 12. Os recursos não destinados ou que não tenham sido objeto de programação publicada no prazo de sessenta dias após a descentralização aos Municípios serão objeto de reversão ao fundo estadual de cultura do Estado onde o Município se localiza ou, na falta deste, ao órgão ou à entidade estadual responsável pela gestão desses recursos.

§ 1º Os Municípios transferirão os recursos objeto de reversão diretamente da sua conta bancária criada na Plataforma +Brasil para a conta do Estado de que trata o § 4º do art. 11 no prazo de dez dias, contado da data a que se refere o *caput*.

§ 2º Ao receber recursos objeto de reversão, o Estado terá o prazo de sessenta dias para publicar a sua programação ou destinar os referidos recursos.

§ 3º Os recursos objeto de reversão somente poderão ser utilizados para atendimento ao disposto nos incisos II e III do *caput* do art. 2º.

§ 4º O disposto no *caput* aplica-se também aos Municípios que descumprirem o prazo de que trata o § 1º do art. 11. (Parágrafo acrescido pelo Decreto nº 10.489, de 17/9/2020)

## CAPÍTULO VII DAS DEVOLUÇÕES

Art. 13. Os recursos não destinados ou que não tenham sido objeto de programação publicada no prazo de cento e vinte dias após a descentralização aos Estados serão restituídos no prazo de dez dias à Conta Única do Tesouro Nacional por meio da emissão e do pagamento de Guia de Recolhimento da União eletrônica.

Art. 14. Os recursos revertidos pelos Municípios aos Estados que não tenham sido programados ou destinados no prazo previsto no § 2º do art. 12 serão restituídos no prazo de dez dias à Conta Única do Tesouro Nacional por meio da emissão e do pagamento de Guia de Recolhimento da União eletrônica.

Art. 15. Encerrado o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 2020, o saldo remanescente das contas específicas de que trata o art. 11 será restituído no prazo de dez dias à Conta Única do Tesouro Nacional por meio da emissão e do pagamento de Guia de Recolhimento da União eletrônica.

## CAPÍTULO VIII DA AVALIAÇÃO DE RESULTADOS



Art. 16. Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios apresentarão o relatório de gestão final a que se refere o Anexo I à Secretaria-Executiva do Ministério do Turismo no prazo de cento e oitenta dias, contado da data em que se encerrar o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 2020.

§ 1º O não envio do relatório de gestão final no prazo estabelecido no *caput* ensejará em responsabilização do gestor responsável e as devidas providências para recomposição do dano.

§ 2º A apresentação do relatório de gestão final a que se refere o Anexo I não implicará a regularidade das contas.

§ 3º A Secretaria Especial de Cultura do Ministério do Turismo poderá solicitar informações adicionais que permitam verificar a aplicação regular dos recursos repassados, caso entenda necessário, sem prejuízo de instauração de tomada de contas especial.

Art. 17. Os Estados, os Municípios e o Distrito Federal darão ampla publicidade e transparência à destinação dos recursos de que trata a Lei nº 14.017, de 2020.

Art. 18. Os Estados, os Municípios e o Distrito Federal deverão manter a documentação apresentada pelos beneficiários dos recursos a que se refere o art. 2º pelo prazo de dez anos.

## CAPÍTULO IX DOS EMPRÉSTIMOS E DA RENEGOCIAÇÃO DE DÍVIDAS

Art. 19. As instituições financeiras federais poderão disponibilizar às pessoas físicas que comprovem ser trabalhadores da cultura e às microempresas e empresas de pequeno porte de que trata o art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, que tenham finalidade cultural em seus respectivos estatutos, o seguinte:

I - linhas de crédito específicas para fomento de atividades e aquisição de equipamentos; e

II - condições especiais para renegociação de débitos.

§ 1º Os débitos relacionados às linhas de crédito previstas no inciso I do *caput* deverão ser pagos no prazo de até trinta e seis meses, em parcelas mensais reajustadas pela taxa do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - Selic, a partir de cento e oitenta dias, contados do final do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 2020.

§ 2º O acesso às linhas de crédito e às condições especiais de que tratam os incisos I e II do *caput* fica condicionado ao compromisso de manutenção dos níveis de emprego existentes na data de entrada em vigor do Decreto Legislativo nº 6, de 2020.

§ 3º As condições especiais para renegociação de débitos a que se refere o inciso II do *caput* deverão ser negociadas diretamente pelos interessados junto às instituições financeiras federais.

## CAPÍTULO X DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 20. As prorrogações de prazos para projetos culturais já aprovados no âmbito dos órgãos da administração pública federal responsáveis pela área de cultura obedecerão ao disposto no art. 12 da Lei nº 14.017, de 2020, os quais deverão adotar as medidas previstas em lei.

Art. 21. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 17 de agosto de 2020; 199º da Independência e 132º da República.

JAIR MESSIAS BOLSONARO

Paulo Guedes

Marcelo Henrique Teixeira Dias

ANEXO



Pagamentos Lei 14.017/2020 - Lei Aldir Blanc  
 Processo SEI Municípios - 72031.008688/2020-71

PAGAMENTOS DO DIA 29.09.2020

Ente	Favorecido	UF (Mun)	CNPJ	Valor
Município	MANOEL URBANO	AC	04051207000146	R\$ 70.365,24
	TOTAL ESTADO DO ACRE - 1 MUNICIPIO			R\$ 70.365,24
Município	MESSIAS	AL	12200283000102	R\$ 156.805,98
Município	OLHO D'AGUA DO CASADO	AL	12350146000146	R\$ 80.942,84
Município	MARECHAL DEODORO	AL	12200275000158	R\$ 396.892,50
	TOTAL ESTADO DE ALAGOAS - 3 MUNICIPIOS			R\$ 634.641,32
Município	MORRO DO CHAPEU	BA	13717517000148	R\$ 274.009,68
Município	SANTO ANTONIO DE JESUS	BA	13825476000103	R\$ 723.000,00
Município	CAIRU	BA	14235907000144	R\$ 157.642,39
Município	ITAPE	BA	30738000000154	R\$ 76.965,08
Município	ITACARE	BA	37434886000191	R\$ 224.424,36
Município	BONITO	BA	16245375000151	R\$ 149.602,50
Município	APUAREMA	BA	16434292000100	R\$ 68.795,04
Município	BURITIRAMA	BA	13234000000106	R\$ 174.780,64
Município	MATA DE SAO JOAO	BA	13805528000180	R\$ 355.776,51
Município	MARAGOGIPE	BA	13784384000122	R\$ 344.880,00
Município	ITABERABA	BA	13719646000175	R\$ 475.925,77
Município	GOVERNADOR MANGABEIRA	BA	13828496000138	R\$ 172.178,12
Município	PE DE SERRA	BA	13232913000185	R\$ 122.430,69
Município	SERRINHA	BA	13845086000103	R\$ 587.354,57
Município	RODELAS	BA	14217350000119	R\$ 94.099,89
Município	OLIVEIRA DOS BREJINHOS	BA	13798905000109	R\$ 178.497,41
	TOTAL ESTADO DA BAHIA - 16 MUNICIPIOS			R\$ 4.180.362,65
Município	FORTIM	CE	35050756000120	R\$ 138.580,56
Município	ARNEIROZ	CE	06748297000154	R\$ 71.455,63
Município	ARACATI	CE	07684756000146	R\$ 541.289,47
Município	URUOCA	CE	07667926000184	R\$ 123.507,93
Município	UMARI	CE	07520372000198	R\$ 70.844,73
Município	TAUA	CE	07849532000147	R\$ 433.925,19
Município	SAO LUIS DO CURU	CE	07623051000119	R\$ 109.812,83
Município	QUIXADA	CE	23444748000189	R\$ 625.000,00
Município	NOVA OLINDA	CE	07536444000195	R\$ 133.356,53
Município	MONSENHOR TABOSA	CE	07693989000105	R\$ 151.783,56
Município	IRACEMA	CE	07891658000180	R\$ 126.117,10
Município	ICO	CE	07669682000179	R\$ 495.115,09
	TOTAL ESTADO DO CEARÁ - 12 MUNICIPIOS			R\$ 3.020.788,62
Município	FORMOSA	GO	19687531000122	R\$ 828.149,65



Ente	Favorecido	UF (Mun)	CNPJ	Valor
Município	ITUMBIARA	GO	02204196000161	R\$ 723.925,36
Município	ARAGARCAS	GO	02125227000199	R\$ 162.083,18
Município	URUTAI	GO	01763622000134	R\$ 41.150,25
Município	SILVANIA	GO	01068030000100	R\$ 165.377,46
Município	RIALMA	GO	01135904000197	R\$ 93.816,39
Município	PORANGATU	GO	01801612000146	R\$ 337.874,11
	<b>TOTAL ESTADO DO GOIAS - 7 MUNICIPIOS</b>			<b>R\$ 2.352.376,40</b>
Município	SANTA HELENA	MA	37881165000120	R\$ 307.137,00
Município	ALTO ALEGRE DO PINDARE	MA	01612832000121	R\$ 241.437,54
Município	SAO JOSE DE RIBAMAR	MA	06351514000178	R\$ 1.301.265,77
	<b>TOTAL ESTADO DO MARANHÃO - 3 MUNICIPIOS</b>			<b>R\$ 1.849.840,31</b>
Município	MOEMA	MG	13206988000191	R\$ 68.863,73
Município	PLANURA	MG	23464626000154	R\$ 103.866,89
Município	UBERABA	MG	18428839000190	R\$ 2.145.270,13
Município	ARCOS	MG	18306662000150	R\$ 306.738,52
Município	CONSELHEIRO LAFAIETE	MG	19718360000151	R\$ 881.188,19
Município	BAEPENDI	MG	18008862000126	R\$ 161.215,64
Município	VERDELANDIA	MG	01612505000170	R\$ 79.357,48
Município	URUCUIA	MG	25223850000180	R\$ 139.532,34
Município	DIVISOPOLIS	MG	66234311000123	R\$ 97.506,70
Município	BIQUINHAS	MG	18296640000156	R\$ 40.305,45
Município	BERILO	MG	17700758000135	R\$ 102.719,32
Município	FRANCISCO BADARO	MG	18051524000177	R\$ 93.584,39
Município	FELICIO DOS SANTOS	MG	17754201000187	R\$ 53.083,15
Município	CURVELO	MG	17695024000105	R\$ 569.918,52
Município	CONCEICAO DAS ALAGOAS	MG	18428854000139	R\$ 219.790,25
Município	CATAS ALTAS DA NORUEGA	MG	19718378000153	R\$ 46.734,06
Município	CARMO DE MINAS	MG	18188243000160	R\$ 128.079,42
Município	BOM JESUS DO GALHO	MG	18334276000171	R\$ 128.513,33
Município	PAINEIRAS	MG	18296673000104	R\$ 51.558,75
Município	NAZARENO	MG	18557561000151	R\$ 75.092,61
Município	MANGA	MG	18270447000146	R\$ 156.983,46
Município	JAGUARACU	MG	16816522000104	R\$ 43.834,03
Município	ITAVERAVA	MG	19718386000108	R\$ 56.885,56
Município	ITAJUBA	MG	18025940000109	R\$ 682.782,27
Município	UBA	MG	18128207000101	R\$ 806.755,67
Município	SAPUCAI-MIRIM	MG	18026005000159	R\$ 65.512,35
Município	SANTA BARBARA	MG	19391945000100	R\$ 248.030,23
Município	SABINOPOLIS	MG	18307454000175	R\$ 131.567,82
Município	RIO NOVO	MG	18338244000144	R\$ 77.039,49
	<b>TOTAL ESTADO DE MINAS GERAIS - 29 MUNICIPIOS</b>			<b>R\$ 7.762.309,75</b>
Município	APARECIDA DO TABOADO	MS	03563335000106	R\$ 206.947,60
Município	AMAMBAI	MS	03568433000136	R\$ 302.016,81



Ente	Favorecido	UF (Mun)	CNPJ	Valor
Município	CHAPADAO DO SUL	MS	24651200000172	R\$ 203.940,97
	TOTAL ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL - 3 MUNICIPIOS			R\$ 712.905,38
Município	CONFRESA	MT	37464716000150	R\$ 231.028,61
Município	PREFEITURA MUNICIPAL DE QUERENCIA	MT	37465002000166	R\$ 140.609,82
Município	CANARANA	MT	15023922000191	R\$ 164.018,06
Município	PEDRA PRETA	MT	03773942000109	R\$ 141.449,09
Município	BARRA DO BUGRES	MT	03507522000172	R\$ 254.054,33
Município	NOVO HORIZONTE DO NORTE	MT	03238888000193	R\$ 43.239,82
Município	PORTO ALEGRE DO NORTE	MT	03238672000128	R\$ 98.674,64
Município	PEIXOTO DE AZEVEDO	MT	03238631000131	R\$ 254.111,42
Município	APIACAS	MT	01321850000154	R\$ 78.260,86
Município	TAPURAH	MT	24772253000141	R\$ 112.260,07
	TOTAL ESTADO DO MATO GROSSO - 10 MUNICIPIOS			R\$ 1.517.706,72
Município	REDENCAO	PA	04144168000121	R\$ 578.741,69
Município	BREU BRANCO	PA	34626440000170	R\$ 458.219,61
Município	SANTA CRUZ DO ARARI	PA	04888830000158	R\$ 78.109,40
Município	PORTEL	PA	04876447000180	R\$ 435.365,17
Município	PARAGOMINAS	PA	05193057000178	R\$ 754.169,93
Município	IGARAPE-MIRI	PA	05191333000169	R\$ 439.104,78
Município	CURRALINHO	PA	04876710000130	R\$ 250.769,15
	TOTAL ESTADO DO PARA - 7 MUNICIPIOS			R\$ 2.994.479,73
Município	BOA VISTA	PB	01612538000110	R\$ 65.968,20
Município	RIACHAO	PB	01612770000158	R\$ 46.197,39
Município	COXIXOLA	PB	01612757000107	R\$ 36.679,94
Município	MUNICIPIO DO CONDE	PB	08916645000180	R\$ 200.844,54
Município	BOM JESUS	PB	08923989000117	R\$ 40.333,69
Município	BAYEUX	PB	08924581000160	R\$ 681.673,12
Município	ARACAGI	PB	08778029000100	R\$ 148.409,00
Município	SAO JOAO DO RIO DO PEIXE	PB	08924029000171	R\$ 154.385,54
Município	ALAGOINHA	PB	08926263000138	R\$ 125.576,33
Município	UMBUZEIRO	PB	08869489000144	R\$ 82.274,64
Município	TRIUNFO	PB	08924060000102	R\$ 79.693,22
Município	SERRA DA RAIZ	PB	08789737000147	R\$ 43.685,28
Município	SAO VICENTE DO SERIDO	PB	08916124000123	R\$ 95.801,11
Município	SAO SEBASTIAO DO UMBUZEIRO	PB	09074998000143	R\$ 45.632,17
Município	SAO MIGUEL DE TAIPU	PB	08868515000110	R\$ 67.778,65
Município	SAO JOSE DE PIRANHAS	PB	08924052000166	R\$ 167.044,25
Município	RIO TINTO	PB	08899940000176	R\$ 198.024,14
Município	REMIGIO	PB	09048976000109	R\$ 163.447,37
Município	PIANCO	PB	09148727000195	R\$ 134.629,96
Município	MONTE HOREBE	PB	08924011000170	R\$ 53.208,04
Município	MONTADAS	PB	08739351000120	R\$ 58.078,02
Município	MATARACA	PB	08898256000170	R\$ 73.864,80



Ente	Favorecido	UF (Mun)	CNPJ	Valor
Município	ITAPOROROCA	PB	09165176000178	R\$ 157.983,54
	TOTAL ESTADO DA PARAIBA - 23 MUNICIPIOS			R\$ 2.921.212,94
Município	VITORIA DE SANTO ANTAO	PE	23446624000132	R\$ 954.211,37
Município	CAMARAGIBE	PE	01947273000100	R\$ 1.169.914,59
Município	ALIANCA	PE	34345872000103	R\$ 300.159,32
Município	LAGOA GRANDE	PE	01613731000175	R\$ 209.161,45
Município	BELO JARDIM	PE	10260222000105	R\$ 553.000,00
Município	BARRA DE GUABIRABA	PE	10120962000138	R\$ 127.129,27
Município	LAGOA DO CARRO	PE	40893778000191	R\$ 157.172,43
Município	SOLIDAO	PE	10348050000118	R\$ 61.296,28
	TOTAL ESTADO DE PERNAMBUCO - 8 MUNICIPIOS			R\$ 3.532.044,71
Município	AVELINO LOPES	PI	06087268000199	R\$ 92.907,37
Município	MADEIRO	PI	01778345000133	R\$ 68.785,60
Município	COCAL	PI	06553895000178	R\$ 208.440,26
Município	COCAL DOS ALVES	PI	01612572000194	R\$ 56.470,76
Município	CARAUBAS DO PIAUI	PI	01612617000120	R\$ 54.844,13
Município	SAO JOSE DO PIAUI	PI	06553838000199	R\$ 59.622,84
Município	SAO JOAO DA SERRA	PI	06554331000150	R\$ 56.391,36
Município	AROEIRAS DO ITAIM	PI	07165549000185	R\$ 35.906,28
Município	OEIRAS	PI	06553937000170	R\$ 268.322,16
Município	LUIS CORREIA	PI	06554448000133	R\$ 222.852,96
Município	GUADALUPE	PI	06554083000147	R\$ 88.397,07
Município	DOM EXPEDITO LOPES	PI	06553705000112	R\$ 60.758,99
	TOTAL ESTADO DO PIAUI - 12 MUNICIPIOS			R\$ 1.273.699,78
Município	FOZ DO IGUACU	PR	19685875000100	R\$ 1.707.152,20
Município	APUCARANA	PR	29420786000188	R\$ 932.500,00
Município	ENTRE RIOS DO OESTE	PR	95719449000110	R\$ 53.086,63
Município	RAMILANDIA	PR	95725024000114	R\$ 52.584,21
Município	SAO PEDRO DO IGUACU	PR	95583597000150	R\$ 60.839,30
Município	IBIPORA	PR	76244961000103	R\$ 411.120,19
Município	CASCAVEL	PR	76208867000107	R\$ 2.106.359,87
Município	CAPANEMA	PR	75972760000160	R\$ 163.529,18
Município	ARAPOTI	PR	75658377000131	R\$ 223.919,09
Município	VERE	PR	75636530000120	R\$ 68.604,59
Município	UNIAO DA VITORIA	PR	75967760000171	R\$ 428.014,09
Município	SAO JORGE D'OESTE	PR	76995380000103	R\$ 78.841,42
Município	NOVA LONDRINA	PR	81044984000104	R\$ 111.666,68
Município	MARMELEIRO	PR	76205665000101	R\$ 127.311,36
Município	ROSARIO DO IVAI	PR	80059264000150	R\$ 54.496,84
Município	CANTAGALO	PR	78279981000145	R\$ 112.260,45
	TOTAL ESTADO DO PARANÁ - 16 MUNICIPIOS			R\$ 6.692.286,10
Município	MARICA	RJ	29131075000193	R\$ 1.109.034,46



Ente	Favorecido	UF (Mun)	CNPJ	Valor
Município	ITAGUAI	RJ	24751427000190	R\$ 889.265,70
Município	QUEIMADOS	RJ	38041204000143	R\$ 1.039.659,26
Município	CORDEIRO	RJ	20956977000194	R\$ 162.000,00
Município	DUQUE DE CAXIAS	RJ	23294244000120	R\$ 5.438.926,45
Município	SAO JOAO DE MERITI	RJ	29138336000105	R\$ 2.885.731,76
Município	CASIMIRO DE ABREU	RJ	15346261000135	R\$ 324.377,52
Município	RIO DAS FLORES	RJ	29179454000153	R\$ 74.641,49
Município	MIRACEMA	RJ	29114121000146	R\$ 205.629,50
Município	VASSOURAS	RJ	32412819000152	R\$ 268.347,62
TOTAL ESTADO DO RIO DE JANEIRO - 10 MUNICIPIOS				R\$ 12.397.613,76
Município	FERNANDO PEDROZA	RN	06076093000114	R\$ 43.170,09
Município	PASSAGEM	RN	08145153000139	R\$ 43.369,92
Município	TRIUNFO POTIGUAR	RN	01612376000110	R\$ 44.214,90
Município	SAO MIGUEL DO GOSTOSO	RN	01612396000190	R\$ 93.000,00
Município	ASSU	RN	08294662000123	R\$ 425.595,38
Município	VICOSA	RN	08158198000148	R\$ 35.542,43
Município	MACAU	RN	08184434000109	R\$ 250.260,04
TOTAL ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE - 7 MUNICIPIOS				R\$ 935.152,76
Município	BALNEARIO PINHAL	RS	01611339000197	R\$ 119.630,12
Município	UBIRETAMA	RS	01611538000103	R\$ 35.091,07
Município	TOROPI	RS	01539271000182	R\$ 39.607,15
Município	NOVA RAMADA	RS	01611828000149	R\$ 36.387,08
Município	SAO VALERIO DO SUL	RS	94442241000134	R\$ 39.156,11
Município	MONTE BELO DO SUL	RS	91987669000174	R\$ 38.134,14
Município	GUAIBA	RS	88811922000120	R\$ 678.264,48
Município	GRAVATAI	RS	87890992000158	R\$ 1.808.915,90
Município	DOIS IRMAOS	RS	88254891000153	R\$ 249.427,53
Município	ALECRIM	RS	87612784000197	R\$ 57.556,77
Município	AGUDO	RS	87531976000179	R\$ 141.154,80
Município	ENTRE RIOS DO SUL	RS	92453927000103	R\$ 39.527,21
Município	ENTRE IJUIS	RS	89971782000110	R\$ 71.973,33
Município	TRES COROAS	RS	88199971000153	R\$ 216.150,65
Município	ROQUE GONZALES	RS	87612982000150	R\$ 62.677,96
Município	NOVO HAMBURGO	RS	88254875000160	R\$ 1.610.420,68
Município	PAROBE	RS	88372883000101	R\$ 419.178,82
TOTAL ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - 17 MUNICIPIOS				R\$ 5.663.253,80
Município	ANITA GARIBALDI	SC	82777335000185	R\$ 62.437,98
Município	GUARAMIRIM	SC	79363206000136	R\$ 328.264,21
Município	LUZERNA	SC	01613428000172	R\$ 54.170,88
Município	TREVISÓ	SC	01614019000190	R\$ 44.145,29
Município	NOVO HORIZONTE	SC	95990115000187	R\$ 35.655,32
Município	ANITAPOLIS	SC	82892332000192	R\$ 40.165,89
Município	SAO MIGUEL D'OESTE	SC	82821174000180	R\$ 296.265,07



Ente	Favorecido	UF (Mun)	CNPJ	Valor
Município	SAO LOURENCO D'OESTE	SC	83021873000108	R\$ 188.122,26
Município	SANTA ROSA DE LIMA	SC	82926593000186	R\$ 33.942,72
Município	PONTE SERRADA	SC	82777236000101	R\$ 95.138,39
Município	JACINTO MACHADO	SC	82960758000136	R\$ 88.418,61
Município	ICARA	SC	82916800000111	R\$ 401.736,83
Município	OTACILIO COSTA	SC	75326066000175	R\$ 149.963,21
Município	SANTA ROSA DO SUL	SC	80989965000198	R\$ 69.431,91
	TOTAL ESTADO DE SANTA CATARINA - 14 MUNICIPIOS			R\$ 1.887.858,57
Município	ITABAIANA	SE	13104740000110	R\$ 669.820,96
Município	CRISTINAPOLIS	SE	13096029000160	R\$ 152.047,28
	TOTAL ESTADO DO SERGIPE - 2 MUNICIPIOS			R\$ 821.868,24
Município	ARARAQUARA	SP	45276128000110	R\$ 1.549.737,74
Município	CAMPO LIMPO PAULISTA	SP	45780095000141	R\$ 597.440,99
Município	IBIUNA	SP	46634531000137	R\$ 556.333,44
Município	TAUBATE	SP	38064726000160	R\$ 1.999.929,72
Município	SAO JOSE DOS CAMPOS	SP	45395704000149	R\$ 4.323.740,63
Município	DESCALVADO	SP	14850268000127	R\$ 257.733,61
Município	SAO PEDRO	SP	38302511000130	R\$ 268.781,17
Município	ELIAS FAUSTO	SP	38053046000141	R\$ 150.386,04
Município	ALUMINIO	SP	58987629000157	R\$ 155.273,23
Município	TUIUTI	SP	67160481000173	R\$ 63.820,04
Município	SAO LOURENCO DA SERRA	SP	59058131000172	R\$ 131.115,33
Município	CABREUVA	SP	46634432000155	R\$ 365.326,69
Município	BASTOS	SP	45547403000193	R\$ 168.547,42
Município	BARUERI	SP	46523015000135	R\$ 1.767.320,25
Município	AMPARO	SP	43465459000173	R\$ 518.178,00
Município	MORUNGABA	SP	45755238000165	R\$ 118.537,86
Município	LEME	SP	46362661000168	R\$ 720.746,14
Município	JALES	SP	45131885000104	R\$ 361.901,09
Município	GUARUJA	SP	44959021000104	R\$ 2.031.503,63
Município	TAQUARITINGA	SP	72130818000130	R\$ 416.128,68
Município	SOROCABA	SP	46634044000174	R\$ 4.080.717,35
Município	SERRA AZUL	SP	44229839000171	R\$ 124.475,48
Município	SARUTAIA	SP	46223731000105	R\$ 45.230,46
Município	SAO CAETANO DO SUL	SP	59307595000175	R\$ 1.121.852,11
Município	RUBIACEA	SP	44437549000113	R\$ 42.318,71
Município	RIBEIRAO PRETO	SP	56024581000156	R\$ 4.217.255,95
Município	PINDORAMA	SP	45122942000180	R\$ 146.258,20
Município	NOVA ODESSA	SP	45781184000102	R\$ 433.234,43
Município	UBATUBA	SP	46482857000196	R\$ 632.547,65
	TOTAL ESTADO DE SÃO PAULO - 29 MUNICIPIOS			R\$ 27.366.372,04
Município	PALMEIROPOLIS	TO	19520495000108	R\$ 63.755,20
Município	SAO FELIX DO TOCANTINS	TO	26753145000157	R\$ 29.076,74



Ente	Favorecido	UF (Mun)	CNPJ	Valor
Município	MATEIROS	TO	26753129000164	R\$ 35.351,29
	TOTAL ESTADO DO TOCANTINS - 3 MUNICIPIOS			R\$ 128.183,23

RESUMO	Entes federados	TOTAL
	232 Municípios de 21 Estados	R\$ 88.715.322,05
	Total Geral	R\$ 88.715.322,05
ALDO VALENTIM - ORDENADOR DE DESPESAS		

Relação das Alterações Orçamentárias - Período de 01/01/2020 até 31/12/2020

Supl.	Fundamento	Lei	Tipo de alteração	Data supl.	Mov.	Tipo movimento	Origem recurso	Valor	Despesa	Proj/Ativ.	Elemento	Recurso	Detalhamento
Entidade: 3 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITAGUAI													
47	Decreto 004520/20	003819/19	Extraordinário	23/10/20	1	Adicionar	Excesso de arrecadação	36.400,00	278	2.484	3.3.90.30.00.00.00.00	0003 - Piso Atenção Básica - PAB	000060 - SUS - FEDERAL
Total da entidade:								36.400,00					

RESUMO			
Suplementar:	0,00	Adicionar anulação de dotação:	0,00
Especial:	0,00	Subtrair anulação de dotação:	0,00
Extraordinário:	36.400,00	Adicionar dotação transferida:	0,00
		Subtrair dotação transferida:	0,00
		Superávit financeiro:	0,00
		Excesso de arrecadação:	36.400,00
		Operações de crédito:	0,00
		Convênio:	0,00
		Art.41 III Lei 4.320:	0,00



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAGUAÍ  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE  
DIREÇÃO DO FMS



Ofício nº. 3054/2020

Itaguaí, 21 de outubro de 2020.

Para: Secretaria Municipal de Fazenda  
Sr. João José de Almeida Neto

**Assunto: Crédito Extraordinário**

Prezado Secretário,

Pelo presente solicito a V. S<sup>a</sup> a abertura de crédito extraordinário no valor de **R\$ 36.400,00 (Trinta e seis mil e quatrocentos reais)**, oriundos do Ministério da Saúde, conforme a Portaria nº 2.222/2020.

A Portaria mencionada institui incentivos de custeio em caráter excepcional e temporário, considerando o cenário emergencial de saúde pública de Importância Nacional e Internacional (ESPIN) em decorrência da Infecção Humana pelo novo Coronavírus/Covid-19.

A despesa deverá ser registrada na Ação de Enfrentamento de Emergência do COVID-19 – Ativ. 2.484 na dotação orçamentária 278 (material de consumo -33.90.30).

Atenciosamente,

Carlos Eduardo Carneiro Zóia  
Secretário Municipal de Saúde  
Matr. 45.944

João José de Almeida  
Secretário de Fazenda  
Matr.: 45.938



Relação das Alterações Orçamentárias - Período de 01/01/2020 até 31/12/2020

Supl.	Fundamento	Lei	Tipo de alteração	Data supl.	Mov.	Tipo movimento	Origem recurso	Valor	Despesa	Proj/Ativ.	Elemento	Recurso	Detalhamento
Entidade: 3 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITAGUAI													
57	Decreto 004536/20	003819/19	Extraordinário	21/12/20	1	Adicionar	Excesso de arrecadação	240.000,00	253	2.484	3.3.90.30.00.00.00.00	0201 - COVID-19 / ESTADUAL	000063 - SUS ESTADUAL - COVID-19
57	Decreto 004536/20	003819/19	Extraordinário	21/12/20	2	Adicionar	Excesso de arrecadação	140.000,00	251	2.484	3.3.90.30.00.00.00.00	0200 - COVID-19 / FEDERAL	000062 - SUS-FEDERAL COVID-19

Total da entidade: 380.000,00

RESUMO

Suplementar:	0,00	Adicionar anulação de dotação:	0,00
Especial:	0,00	Subtrair anulação de dotação:	0,00
Extraordinário:	380.000,00	Adicionar dotação transferida:	0,00
		Subtrair dotação transferida:	0,00
		Superávit financeiro:	0,00
		Excesso de arrecadação:	380.000,00
		Operações de crédito:	0,00
		Convênio:	0,00
		Art.41 III Lei 4.320:	0,00



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAGUAÍ  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE  
DIREÇÃO DO FMS



Ofício nº. 3715/2020

Itaguaí, 21 de dezembro de 2020.

Para: Secretaria Municipal de Fazenda  
Sr. João José de Almeida Neto

**Assunto: Crédito Extraordinário**

Prezado Secretário,

Pelo presente solicito a V. S<sup>a</sup> a abertura de créditos extraordinários nos valores de **R\$ 240.000,00 (Duzentos e quarenta mil reais)** e **R\$ 140.000,00 (Cento e quarenta mil reais)**, oriundos da Secretaria de Estado de Saúde e Ministério da Saúde respectivamente, conforme Resolução SES nº 2192 de 03 de dezembro de 2020 e Portaria Nº 1.797/2020.

A Resolução mencionada regulamenta a execução de recurso excepcional como parte de ações de enfrentamento ao Coronavírus para custeio de Unidades de Terapia Intensiva – UTI.

Os Incentivos da Portaria nº 1797/2020 são destinados aos Centros de Atendimento para Enfrentamento da Covid-19, em caráter excepcional e temporário, considerando o cenário emergencial de saúde pública de importância nacional e internacional decorrente do coronavírus.

A despesa deverá ser registrada na Ação de Enfrentamento de Emergência do COVID-19 – Ativ. 2.484, nas seguintes dotações e fontes de recursos:

- Dotação 253 – fonte de recurso 201 – R\$ 240.000,00
- Dotação 251 – fonte de recurso 200 – R\$ 140.000,00

Atenciosamente,

Carlos Eduardo Carneiro Zóia  
Secretário Municipal de Saúde  
Matr. 45.944

João José de Almeida  
Secretário de Fazenda  
Matr. 45.938

Relação das Alterações Orçamentárias - Período de 01/01/2020 até 31/12/2020

Supl.	Fundamento	Lei	Tipo de alteração	Data supl.	Mov.	Tipo movimento	Origem recurso	Valor	Despesa	Proj/Ativ.	Elemento	Recurso	Detalhamento
Entidade: 3 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITAGUAI													
60	Decreto 004540/20	003819/19	Extraordinário	28/12/20	1	Adicionar	Excesso de arrecadação	27.357,00	285	2.484	4.4.90.52.00.00.00.00	0077 - CEO-Centro de Espec. Odontoló	000060 - SUS - FEDERAL
60	Decreto 004540/20	003819/19	Extraordinário	28/12/20	2	Adicionar	Excesso de arrecadação	6.950,00	286	2.484	4.4.90.52.00.00.00.00	0211 - SAÚDE BUCAL DA FAMÍLIA	000060 - SUS - FEDERAL
60	Decreto 004540/20	003819/19	Extraordinário	28/12/20	3	Adicionar	Excesso de arrecadação	190.099,00	287	2.484	4.4.90.52.00.00.00.00	0002 - Programa Saúde da Família - PS	000060 - SUS - FEDERAL
Total da entidade:								224.406,00					

RESUMO			
Suplementar:	0,00	Adicionar anulação de dotação:	0,00
Especial:	0,00	Subtrair anulação de dotação:	0,00
Extraordinário:	224.406,00	Adicionar dotação transferida:	0,00
		Subtrair dotação transferida:	0,00
		Superávit financeiro:	0,00
		Excesso de arrecadação:	224.406,00
		Operações de crédito:	0,00
		Convênio:	0,00
		Art.41 III Lei 4.320:	0,00





GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAGUAÍ  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE  
DIREÇÃO DO FMS



Ofício nº. 3717/2020

Itaguaí, 23 de dezembro de 2020.

Para: Secretaria Municipal de Fazenda  
Sr. João José de Almeida Neto

**Assunto: Crédito Extraordinário**

Prezado Secretário,

Pelo presente solicito a V. S<sup>a</sup> a abertura de créditos extraordinários nos valores de **R\$ 6.950,00 (Seis mil, novecentos e cinquenta reais) e R\$ 27.357,00 (Cento e quarenta mil reais)**, oriundos do Ministério da Saúde, conforme Portaria GM/MS nº 3391 de 10 de dezembro de 2020.

A Portaria mencionada habilita o município através do FMS, receber incentivo financeiro federal de capital para estruturação e adequação dos ambientes de assistência odontológica na Atenção Primária à Saúde e na Atenção Especializada, no enfrentamento à Emergência de Saúde Pública de Importância Nacional decorrente da pandemia do Coronavírus (Covid19), declarada pela Portaria GM/MS nº 188, de 03 fevereiro de 2020.

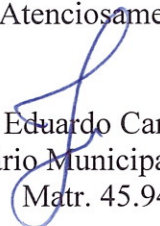
O Incentivo financeiro recebido deverá ser utilizado para aquisição de equipamentos ou materiais permanentes considerados financiáveis pelo MS (RENEN).

A despesa deverá ser registrada na Ação de Enfrentamento de Emergência do COVID-19 – Ativ. 2.484, devendo ser criadas dotações orçamentárias abaixo conforme discriminadas abaixo:

- 44.90.52 – fonte de recurso 77 – R\$ 27.357,00 (CEO)
- 44.90.52 – fonte de recurso 211 – R\$ 6.950,00 (SAUDE BUCAL)

As fontes de recursos deverão ser vinculadas à conta bancária nº 84.130-7

Atenciosamente,

  
Carlos Eduardo Carneiro Zóia  
Secretário Municipal de Saúde  
Matr. 45.944

  
João José de Almeida  
Secretário de Fazenda  
Matr.: 45.938



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAGUAÍ  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE  
DIREÇÃO DO FMS



Ofício nº. 3718/2020

Itaguaí, 23 de dezembro de 2020.

Para: Secretaria Municipal de Fazenda  
Sr. João José de Almeida Neto

**Assunto: Crédito Extraordinário**

Prezado Secretário,

Pelo presente solicito a V. S<sup>a</sup> a abertura de crédito extraordinário nos valor de **R\$ 190.099,00 (Cento e noventa mil, e noventa e nove reais)**, oriundos do Ministério da Saúde, conforme Portaria GM/MS nº 3474 de 17 de dezembro de 2020.

Esta Portaria habilita o município a receber incentivo financeiro federal de capital para informatização das equipes de Saúde da Família (eSF) e equipes de Atenção Primária (eAP), por meio da implementação de Prontuário Eletrônico, conforme trata a Portaria GM/MS nº 3.193, de 27 de novembro de 2020.

A despesa deverá ser registrada na Ação de Enfrentamento de Emergência do COVID-19 – Ativ. 2.484, devendo ser criadas dotações orçamentárias abaixo conforme discriminadas abaixo, bem como receita de capital para arrecadação da receita:

- 44.90.52 – fonte de recurso 02

A fonte de recurso deverá ser vinculadas à conta bancária nº 84.130-7

Atenciosamente,

*Carlos Eduardo Carneiro Zóia*  
Secretário Municipal de Saúde  
Matr. 45.944

*João José de Almeida*  
Secretário de Fazenda  
Matr. 45.938